INBRANDS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 09.054.385/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: A administração da Inbrands tem o prazer de encaminhar para apreciação de V. Sas. o relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhada das demonstrações financeiras deste exercício. As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Mensagem da Administração.** O ano de 2011 foi um ano de consolidação de nosso portfolio e inicio da construção de uma plataforma para operação e captura de sinergias nas marcas. Em Março de 2011, adquirimos a VR e a VR Kids, marca premium no segmento *classicwear*. A Companhia se tornou aberta em Agosto de 2011, passando a adotar os mais altos níveis de governança corporativa e transparência. No 4T11, consolidamos nossa participação na Companhia de Marcas, integrando em 100% as marcas Richards, Richards Selaria, Salinas e Bintang, além de termos assinado a aquisição das marcas Mandi, Mandi&Co, LOS DOS e Bobstore. Consideramos nosso portfólio um dos mais completos no Brasil, atuando nos principais segmentos do comércio de vestuário e acessórios especializado com as marcas: Ellus, Ellus 2nd Floor Ellus Accessories, VR, VR Kids, Richards, Richards Selaria, Salinas, Bintang, Alexandre Herchcovitch, Mandi, Mandi&Co, LOS DOS e Bobstore. Seguimos firmes em nosso objetivo de maximizar o "*brand equity*" de nossas marcas para levá-las ao seu pleno potencial. Encerramos 2011 com 135 lojas próprias (47 em 2010), 132 franqueados (33 em 2010) e 3.999 pontos de venda multimarcas além de termos iniciado as operações do e-commerce das marcas Ellus, VR e Mandi, com um crescimento de 64% nas vendas do site da Richards durante o ano. Essa plataforma de distribuição multicanal vendeu mais de 80 mil peças em 2011. O ano de 2012 será focado na consolidação de uma plataforma integrada para operação de nossas marcas buscando economia de escala, eficiência e aproveitamento de sinergias, descontinuando todas as operações não relacionadas ao comércio de vestuário. Em 2011 iniciamos alguns projetos importantes que pretendemos finalizar em 2012 e trarão ganhos de margem significativos como: (i) a unificação em São Paulo, do Centro de Serviços Compartilhados, responsável pelos serviços de contabilidade, pagamentos, finanças, TI, jurídico, serviços de apoio administrativo e coordenação logística para todas as marcas do grupo, (ii) centralização da distribuição atacadista das empresas do grupo em um único CD (centro de distribuição) no município de Serra-ES e da distribuição varejista em dois CDs nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Estes três CDs, até o final do primeiro semestre de 2012, concentrarão toda a distribuição logística do grupo, otimizando a utilização de recursos e reduzindo custos de operação e distribuição. Outros processos, que serão finalizados ao longo de 2012 são: (i) a centralização da área de compras de insumos têxteis para todas as marcas (ii) a centralização administrativa de todas as marcas, possibilitando entre outros ganhos de eficiência, uma melhor negociação dos aluguéis de lojas com os shopping centers e melhor negociação de taxas com as operadoras de cartão de crédito, e (iii) a redução nas atividades fabris, transferindo parte da produção para terceiros, possibilitando além de uma maior flexibilidade comercial, a troca de custos fixos por custos variáveis . Além disso, estenderemos às outras marcas, o processo implementado com sucesso na VR, de desenvolvimento e fomento de fornecedores na Ásia, visando à redução dos custos de compra e aumento da qualidade de nossos produtos. Em Dezembro de 2011, iniciamos o processo de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$250 milhões concluído em Janeiro de 2012. Este montante foi e será destinado (i) ao alongamento do nosso passivo e de empresas que sejam, nos termos da lei, nossas coligadas ou controladas; (ii) ao pagamento de aquisições realizadas; (iii) ao reforço do nosso capital de giro, inclusive para pagamento de futuras aquisições. No ano de 2011, atingimos um faturamento de mais de R$413 milhões, versus R$165 milhões em 2010, refletindo o impacto das aquisições que fizemos no período, a abertura de novas lojas e o crescimento orgânico. Registramos um EBITDA ajustado de 83,2 milhões, com uma margem EBITDA de 24%. Vale ressaltar que este EBITDA ainda não reflete a totalidade das sinergias advindas da unificação de processos e outros projetos de consolidação e diminuição de custos iniciados ao final de 2011. Para assumir a Diretoria de Marcas, no primeiro semestre de 2012, contaremos com o senhor Alexandre Brett que, com seus anos de experiência no setor e na gestão estratégica de marcas, será um excelente complemento para o management da empresa. A Inbrands manteve, ao longo do ano de 2011, seu compromisso com seu maior ativo, seus colaboradores, atraindo e retendo talento, cultivando a meritocracia e estimulando a criatividade e a inovação. Agradecemos a nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros por um ano de grandes realizações e crescimento. **A ADMINISTRAÇÃO.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.366	104.917	19.412	123.421
Títulos e valores mobiliários	7	37.496	19.001	37.496	20.120
Contas a receber	8	32.585	25.664	157.449	35.470
Estoques	9	29.621	14.365	108.855	15.176
Impostos a recuperar	10	5.235	1.814	13.621	3.964
Dividendos a receber	12.a)	4.320	4.320	–	–
Dividendos antecipados		13	13	13	13
Créditos diversos		1.955	1.062	5.344	1.576
Ativos classificados como mantidos para venda	32	16.722	1.309	18.807	2.448
Total do ativo circulante		131.313	172.465	360.997	202.188
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	9.358	14.972	10.659	14.972
Depósitos judiciais	28	202	43	1.767	165
Partes relacionadas	12.a)	11.980	7.840	12.045	7.059
		21.540	22.855	24.471	22.196
Investimentos	13	213.769	71.617	–	52.030
Imobilizado	14	27.354	25.239	76.712	26.864
Intangível	15	4.069	3.748	164.948	4.207
Ágio	16	–	30.435	190.226	30.435
Total do ativo não circulante		266.732	153.894	456.357	135.732
TOTAL DO ATIVO		398.045	326.359	817.354	337.920

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
CIRCULANTE					
Fornecedores		3.633	3.152	33.127	3.638
Empréstimos e financiamentos	17	9.677	6	177.808	56
Salários, provisões e contribuições sociais	18	8.166	4.553	23.470	5.876
Impostos a recolher	19	4.935	4.416	32.279	5.495
Provisão para imposto de renda e contribuição social		–	–	8.443	3.786
Arrendamento operacional - lojas	27	2.109	1.359	12.156	1.452
Contas a pagar	20	3.789	5.062	59.479	6.214
Parcelamento de tributos	21	–	–	8.109	1.286
Adiantamento de clientes		2.877	47	5.403	6.167
Dividendos a pagar	12.a)	2.046	5.011	2.046	5.497
Partes relacionadas	12.a)	3.998	4	14	–
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	32	16.722	–	18.807	1.139
Total do passivo circulante		57.952	23.610	381.141	40.606
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar	20	–	4.315	2.679	7.675
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	4.224	–
Provisão para passivo a descoberto	13	7.685	13.744	–	–
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28	301	414	30.520	665
Parcelamento de tributos	21	–	–	17.491	2.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	5.474	5.523	54.646	9.317
Total do passivo não circulante		13.460	23.996	109.560	19.889
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Capital social		265.446	205.304	265.446	205.304
Reserva especial de ágio		45.157	45.157	45.157	45.157
Reservas de lucros		5.405	15.524	5.405	15.524
Ajustes de avaliação patrimonial		10.625	10.722	10.625	10.722
Dividendos adicionais propostos		–	2.046	–	2.046
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		326.633	278.753	326.633	278.753
Participação não controladora		–	–	20	(1.328)
Total do patrimônio líquido		326.633	278.753	326.653	277.425
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		398.045	326.359	817.354	337.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	156.254	115.968	345.681	161.523
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	24	(62.173)	(44.130)	(129.888)	(46.389)
LUCRO BRUTO		94.081	71.838	215.793	115.134
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	24	(55.571)	(39.891)	(107.554)	(49.726)
Gerais e administrativas	24	(60.253)	(38.335)	(81.819)	(46.021)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(2.516)	(2.834)	(5.888)	(2.961)
Equivalência patrimonial	13	22.579	22.730	(7.474)	(375)
Ganho na remensuração de participação	13	13.161	–	13.161	–
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(12.006)	641	(12.930)	(362)
		(94.606)	(57.689)	(202.504)	(99.445)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(525)	14.149	13.289	15.689
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	26	(3.894)	(1.659)	(16.761)	(2.831)
Receitas financeiras	26	17.692	15.524	33.389	22.387
Variação cambial, líquida		(67)	(391)	(1.734)	(391)
		13.731	13.474	14.894	19.165
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.206	27.623	28.183	34.854
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	11.b)	–	–	(15.029)	(7.104)
Diferidos	11.b)	(5.565)	(5.570)	(4.361)	(5.570)
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		7.641	22.053	8.793	22.180
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	32	(28.307)	(955)	(28.307)	(1.265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(20.666)	21.098	(19.514)	20.915
ATRIBUÍVEL A					
Participação controladora				(20.666)	21.098
Participação não controladora				1.152	(183)
				(19.514)	20.915
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$					
Total:					
Básico	29	(0,24303)	0,28836		
Diluído	29	(0,24119)	0,28836		
Operações continuadas:					
Básico	29	0,08986	0,27588		
Diluído	29	0,08918	0,27588		

A Companhia não possui valores a serem divulgados como resultados abrangentes no exercício corrente nem no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial de ágio	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Reservas de lucros: Reserva para plano de opções de compra de ações	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Atribuível a proprietários da Companhia (BR GAAP)	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido (BR GAAP e IFRS)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		205.092	35.660	1.662	3.307	–	–	10.807	2.046	258.574	(1.416)	257.158
Aumento de capital em 10 de junho	22.a)	212	9.497	–	–	–	–	–	–	9.709	–	9.709
Efeitos na aquisição de participação não controladora	13 e 22.f)	–	–	–	(5.617)	–	–	–	–	(5.617)	1.612	(4.005)
Realização do custo atribuído de imobilizado		–	–	–	85	–	–	(85)	–	–	–	–
Dividendo distribuído e a distribuir de controlada		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.341)	(1.341)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	–	21.098	–	–	21.098	(183)	20.915
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	22.c)	–	–	1.055	–	–	(1.055)	–	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	22.d)	–	–	–	–	–	(5.011)	–	–	(5.011)	–	(5.011)
Transferência para reservas de lucros	22.e)	–	–	–	15.032	–	(15.032)	–	–	–	–	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		205.304	45.157	2.717	12.807	–	–	10.722	2.046	278.753	(1.328)	277.425
Aprovação de dividendos adicionais - AGO de 10 de junho	22.d)	–	–	–	–	–	–	–	(2.046)	(2.046)	–	(2.046)
Aumento de capital em 28 de novembro	22.a)	60.142	–	–	–	–	–	–	–	60.142	–	60.142
Efeitos na aquisição de participação não controladora		–	–	–	254	–	–	–	–	254	(40)	214
Realização do custo atribuído de imobilizado		–	–	–	97	–	–	(97)	–	–	–	–
Operação descontinuada (controlada Luminosidade)		–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.445	1.445
Dividendo distribuído de controlada		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.209)	(1.209)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.e)	–	–	–	–	–	(20.666)	–	–	(20.666)	1.152	(19.514)
Plano de opções de compra de ações	22.f)	–	–	–	–	10.196	–	–	–	10.196	–	10.196
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		265.446	45.157	2.717	13.158	10.196	(20.666)	10.625	–	326.633	20	326.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2011	Controladora (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP) 2011	Consolidado (BR GAAP) 2010
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Venda de mercadorias e serviços		203.837	151.381	438.336	230.152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	8	(3.319)	(2.136)	(5.121)	(2.163)
Outras receitas operacionais		–	487	–	2.680
		200.518	149.732	433.215	230.669
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos		(80.005)	(56.198)	(148.055)	(70.459)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(34.538)	(19.071)	(45.656)	(28.544)
Ganho na remensuração de participação	13	13.161	–	13.161	–
Insumos de publicidade e fundos de promoção e outros relacionados à venda		(62.427)	(15.897)	(89.323)	(27.096)
VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO		36.709	58.566	163.342	104.570
RETENÇÕES					
Depreciações e amortizações	14 e 15	(2.516)	(2.834)	(5.888)	(3.218)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		34.193	55.732	157.454	101.352
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	13	22.579	22.730	(7.474)	(375)
Receitas financeiras	26	17.692	15.524	33.389	22.912
		40.271	38.254	25.915	22.537
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		74.464	93.986	183.369	123.889
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		(31.613)	(22.742)	(55.768)	(30.717)
Benefícios		(4.780)	(3.861)	(7.538)	(4.533)
FGTS		(2.805)	(2.119)	(4.388)	(2.584)
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(25.146)	(20.416)	(63.294)	(36.117)
Estaduais		(18.403)	(14.335)	(42.890)	(16.431)
Municipais		(712)	(624)	(1.573)	(902)
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		(3.881)	(2.050)	(15.984)	(4.235)
Aluguéis	27	(7.790)	(6.741)	(11.448)	(7.455)
Acionistas - lucros retidos/constituição de reservas de lucros		20.666	(21.098)	20.666	(21.098)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	22.g)	–	–	(1.152)	183
		(74.464)	(93.986)	(183.369)	(123.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2011	Controladora (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.206	27.623	28.183	34.854
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	14 e 15	2.516	2.834	5.888	3.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	3.518	2.966	5.503	3.401
Provisão para giro lento dos estoques	9	1.736	457	2.133	726
Resultado de equivalência patrimonial	13	(22.579)	(22.730)	7.474	375
Provisão para plano de opção de ações	22.f)	10.196	–	10.196	–
Provisão para perdas em investimento em coligada		–	–	–	1.071
Provisão para "impairment" de imobilizado	14	1.003	–	1.003	–
Ganho na venda de imobilizado		–	(164)	–	(179)
Baixa de intangível e imobilizado	14 e 15	599	367	1.668	363
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28	(113)	414	1.606	665
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos		137	490	835	490
Juros provisionados sobre contas a pagar		–	–	5.139	–
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários		(9.470)	(2.996)	(9.470)	(3.005)
Receita financeira sobre mútuo com partes relacionadas	12.a)	(1.501)	–	(8.651)	(3.767)
Juros sobre parcelamento de impostos	21	–	–	530	363
Ganho na remensuração de participação	13	(13.161)	–	(13.161)	–
Outras provisões		896	–	666	1.486
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(10.439)	(4.859)	(68.062)	(8.903)
Estoques		(16.922)	(1.969)	(11.980)	(1.287)
Impostos a recuperar		(3.421)	(539)	(5.202)	(904)
Créditos diversos		(893)	1.393	(3.302)	763
Dividendos recebidos de controladas		45.336	36.393	–	–
Depósitos judiciais		(159)	(43)	(220)	(165)
Partes relacionadas		6.937	(348)	–	726
Fornecedores		481	(430)	6.729	(303)
Salários, provisões e contribuições sociais		3.613	438	3.147	931
Impostos a recolher		519	459	15.148	1.267
Arrendamento operacional - lojas		750	39	163	(3)
Contas a pagar		(202)	(213)	2.620	378
Adiantamento de clientes		2.830	(600)	4.737	2.346
Pagamento de parcelamento de tributos	21	–	–	(754)	(1.001)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		15.413	38.982	(17.434)	33.906
Juros pagos		–	–	(230)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(5.665)	(5.715)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		15.413	38.982	(23.329)	28.191
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições do ativo imobilizado	14	(5.556)	(2.245)	(8.279)	(2.914)
Adições do ativo intangível	15	(998)	(325)	(2.664)	(325)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(96.127)	(9.200)	(96.392)	(9.200)
Resgate de títulos e valores mobiliários		87.102	35.160	88.273	43.744
Integralização de capital em controladas		–	(43.725)	–	–
Recebimento na venda de imobilizado		–	487	–	410
Empréstimo concedido a partes relacionadas		(11.956)	(6.993)	(11.956)	(46.993)
Aumento de capital em controladas		(67.128)	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	13	(26.194)	–	–	–
Caixa na descontinuidade de controlada e controlada em conjunto		–	–	(1.462)	(22)
Caixa líquido na aquisição de empresa	12	–	132	9.751	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(120.857)	(26.709)	(22.729)	(15.300)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos		(6)	(25)	(21.530)	(1.051)
Captação de empréstimos		9.540	–	9.540	–
Pagamentos na aquisição de controladas		(630)	(1.224)	(39.741)	(1.235)
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	(1.684)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(5.011)	–	(6.220)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		3.893	(1.249)	(57.951)	(3.970)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(101.551)	11.024	(104.009)	8.921
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		104.917	93.893	123.421	114.500
Saldo final		3.366	104.917	19.412	123.421
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(101.551)	11.024	(104.009)	8.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) Operação. A Inbrands S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº 2256-0, no entanto, sem transacionar suas ações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia possui sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luis Barroso, 151, tendo como principais acionistas NABR Investimentos S.A. ("NABR"), administrada por Nelson Alvarenga Filho e Américo Fernando Rodrigues Breia, Fundo de Investimento em Participações - PCP, administrado por Vinci Partners, Ricardo Dias da Cruz Affonso Ferreira e Frederico Derzie Luz. A Companhia tem como objetivo principal o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades. Atualmente, a comercialização dos produtos da Companhia e de suas controladas está suportada por uma plataforma de 135 lojas próprias em operação (47 em 2010), 132 franqueados (33 em 2010) e revendas multimarcas. A Companhia possui investimentos diretos ou indiretos nas seguintes controladas: • Inbrands Gestora de Marcas S.A. ("Gestora") - tem por objetivo a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou cotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. • Inbrands Estilo Participações S.A. ("Estilo") - tem por objetivo principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios, possuindo as seguintes controladas direta e indireta: - A.H. Confecções S.A. ("A.H. Confecções") - atua no segmento de confecção de roupas pessoais, masculinas e femininas, e na importação e exportação de artigos de vestuário e acessórios em geral, utensílios para casa e cozinha e artigos de papelaria, utilizando-se da marca "Alexandre Herchcovitch". - A.H. Consultoria de Moda Ltda. ("A.H. Consultoria") - atua na prestação de serviços de consultoria em geral na área de moda. • Trezeme Modas Ltda. ("Trezeme") - atuava no comércio varejista de roupas e acessórios para o vestuário em geral, utilizando-se da marca "Ellus", com atuação específica no Rio Grande do Sul, tendo sido incorporada pela Companhia em 31 de março de 2010. • Polaminsk SP Participações S.A. ("Polaminsk") - tem por objetivo a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras, possuindo as seguintes controladas: - Ellus Propag Ltda. ("Propag") - tem por objetivo o licenciamento de marcas industriais e comerciais próprias ou de terceiros, a promoção de produtos, o desenvolvimento de coleções de moda e a prestação de serviços de publicidade, além de ser proprietária da marca "Ellus". - Inbrands Royal Licenciamentos Ltda. ("Royal") - atua no segmento de licenciamento de marcas industriais e comerciais próprias ou de terceiros, promoção de produtos, desenvolvimento de coleções de moda e prestação de serviços de publicidade, além de ser proprietária da marca "2nd Floor". • Inbrands Moda Rio Participações S.A. ("Moda Rio") - tem por objetivo a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, possuindo investimentos na controlada Companhia de Marcas ("CDM"), que tem por objetivo a industrialização, comercialização e franquia empresarial de roupas e acessórios, calçados, cintos, bolsas, carteiras e demais artigos de couro, relógios, joias e outros produtos correlatos, utilizando as marcas "Richards" e "Richards Selaria", podendo licenciar marcas próprias ou das quais seja licenciada legítima, além de participar, direta e indiretamente, nas seguintes empresas: - RF Participações Ltda. ("RF Participações") - tem por objetivo principal a comercialização de franquias, exploração de marcas e participação em outras sociedades, além de ser proprietária da marca "Richards", e possui as seguintes controladas: • SLN Licenciamentos Ltda. ("SLN Licenciamentos") - tem por objetivo principal o licenciamento e a cessão do direito de uso de marcas ou patentes, sendo proprietária da marca "Salinas". • SLN Indústria de Roupas Ltda. ("SLN Indústria") - atua na confecção de roupas para praia e fins esportivos. - Rio Ventura Participações e Empreendimentos Ltda. ("Rio Ventura") - tem por objetivo principal a participação em outras sociedades e, além de participar nas coligadas SLN Licenciamentos e SLN Indústria anteriormente mencionadas, possui a seguinte controlada: • Bintang Licenciamentos Ltda. ("Bintang") - tem como objetivo principal o licenciamento de marcas, além de ser proprietária da marca "Bintang". - Roots House Comércio de Roupas Ltda. ("Roots House") - atua no comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios esportivos em geral. - Ferreira e Luz Confecções S.A. ("Ferreira e Luz") - tem por objetivo a industrialização e o comércio de roupas e acessórios de uso comum. • Inbrands Moda São Paulo Participações S.A. ("Moda São Paulo") - tem por objetivo a participação em outras sociedades, de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista, possuindo investimentos na controlada VR Holding Participações Ltda. ("VR Holding"), que tem por objeto a participação em outras sociedades, entidades ou empreendimentos, como sócia, acionista ou cotista. A VR Holding é controladora da VR Indústria e Comércio do Vestuário S.A. ("VR Indústria"), cujo objetivo principal é o comércio varejista ou atacadista de roupas em geral, a confecção de roupas em geral executada por terceiros e a importação e exportação de artigos de vestuário e acessórios em geral, operando com as marcas "VRMenswear" e "VRKids" b) Investimentos destinados à venda. Isapac Participações S.A. ("Isapac"). A Companhia possuía investimentos de controle conjunto na Isapac, a qual tem por objetivo participar em outras sociedades, possuindo a controlada Ateliê Ibô Comércio e Confecções e Modas Ltda. ("Ateliê Ibô"), que atua no segmento de confecção, comércio e exportação de artigos de vestuário e acessórios e no licenciamento desses produtos a terceiros, para o uso da marca "Isabela Capeto". Em 31 de dezembro de 2010, a Administração decidiu descontinuar as atividades dessa controlada, com a negociação de venda da participação atualmente detida para os demais acionistas. Luminosidade Marketing e Produções S.A. ("Luminosidade"). A Companhia possuía investimentos na Luminosidade, a qual atua no segmento de prestação de serviços e tem como principal objetivo a organização da semana de moda brasileira São Paulo Fashion Week - SPFW e da Fashion Rio, que acontece anualmente nos meses de janeiro e junho; além disso, possui a controlada Lumi5 Propaganda, Marketing e Eventos Ltda. ("Lumi5"), com o objetivo principal de desenvolver atividades ligadas à edição e venda de espaços publicitários da revista "Mag!" e do "SPFW Journal", com matérias relacionadas ao mercado da moda, e à manutenção e venda de espaços publicitários em seu "site" spfw.com.br. A Luminosidade e a Lumi 5, em conjunto, representavam o segmento de "conteúdo" definido pela Administração da Companhia até 2010. Em Reunião de Diretoria realizada no dia 20 de dezembro de 2011 foi aprovada a alienação do investimento detido pela Companhia diretamente na Luminosidade e, indiretamente na Lumi5, por entenderem que a Companhia deverá focar no crescimento orgânico de suas marcas relacionadas à produção e comercialização de vestuário, em múltiplos canais. c) Reestruturação operacional. Ao longo dos exercícios de 2010 e 2011, a Companhia realizou o crescimento de suas operações por meio da aquisição de empresas que representam marcas ícones no mercado de moda e que complementam o seu portfólio de produtos a serem ofertados aos consumidores. Com o objetivo de melhor gerenciamento das operações, em novembro de 2011 a Companhia elaborou e iniciou plano estratégico de integração das marcas, com uma estrutura operacional unificada. Esse plano estratégico tem como principais objetivos: • Unificação, em São Paulo, do centro de serviços compartilhados, responsável pelos serviços de contabilidade, finanças, tecnologia da informação, jurídicos, administrativos e coordenação logística para todas as marcas. • Centralização da distribuição atacadista na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, e distribuição varejista nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, concentrando toda a distribuição logística das marcas nessas três localidades. • Centralização da área de suprimentos de todas as marcas, possibilitando melhor eficiência na compra de insumos têxteis. • Centralização da negociação dos aluguéis de lojas com os shopping centers. • Redução das atividades fabris, transferindo a produção para terceiros (facções), possibilitando, além de uma maior flexibilidade comercial, a troca de custos fixos por custos variáveis. • Reorganização societária, concentrando as empresas atuais em uma única entidade e simplificando as atividades operacionais, legais e administrativas da Companhia. • Descontinuidade de operações não relacionadas ao comércio de vestuário. Como consequência inicial da implantação desse plano estratégico e tendo em vista a centralização das atividades administrativas, em dezembro de 2011 foi formalmente comunicado aos funcionários as seguintes ações: • Finalização das atividades do escritório administrativo e de uma das fábricas localizados no Estado do Rio de Janeiro, sendo comunicado o desligamento de 522 funcionários, ao custo de R$3.570. • Finalização das atividades de distribuição de mercadorias mantida na sede da Companhia, com o desligamento de 120 funcionários, ao custo de R$1.508. • Revisão da estrutura gerencial e de diretores, com consequente redução de 5 diretores e gerentes, ao custo de R$780. Logo, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou provisão para demissão de funcionários no valor de R$1.738 na Companhia e R$5.858 no Consolidado (nota explicativa nº 18). **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • Demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado (BR GAAP e IFRS)". • Demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Companhia (BR GAAP)". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controladas e em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis aos acionistas da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas em BR GAAP e IFRS, e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. 2.2. Base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As empresas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas são representadas pela Companhia e por suas controladas, diretas e indiretas e em conjunto, com as seguintes participações societárias:

	Participação societária - % 2011 Direta	2011 Indireta	2010 Direta	2010 Indireta	2010 Conjunto
Estilo	100,00	–	100,00	–	–
A.H. Confecções	–	99,99	–	99,99	–
A.H. Consultoria	–	100,00	–	100,00	–
Isapac	–	–	–	–	50,00
Ateliê Ibô	–	–	–	–	50,00
Moda Rio	100,00	–	100,00	–	–
CDM (*)	–	100,00	–	10,00	–
RF Participações	–	100,00	–	8,50	–
SLN Licenciamentos	–	100,00	–	8,88	–
SLN Indústria	–	100,00	–	9,25	–
Rio Ventura	–	100,00	–	10,00	–
Bintang	–	80,00	–	8,00	–
Roots House	–	80,00	–	8,00	–
Ferreira e Luz	–	100,00	–	9,90	–
Polaminsk	100,00	–	100,00	–	–
Royal	–	100,00	–	100,00	–
Propag	–	99,99	–	91,61	–
Luminosidade	75,00	–	75,00	–	–
Lumi 5	–	97,00	–	97,00	–
Moda São Paulo	100,00	–	–	–	–
VR Holding	–	100,00	–	–	–
VR Indústria	–	100,00	–	–	–
Gestora	100,00	–	100,00	–	–

(*) Até 30 de novembro de 2011, a CDM foi considerada como empresa coligada com influência significativa pela Companhia e avaliada pelo método de equivalência patrimonial, passando a ser controlada integral naquela data, conforme descrito na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos e das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as sociedades incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas. • Identificação da participação não controladora no resultado das controladas consolidadas e no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora. **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas diretas, indiretas e em conjunto: a) Princípios gerais. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias, aos produtos vendidos e aos serviços prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. As receitas de serviços possuem a seguinte origem: • Consultoria e licenciamento: valores relacionados à consultoria de moda e ao licenciamento de marca, faturados mensalmente e de acordo com os contratos estabelecidos. • Patrocínio para eventos: os valores para patrocínio para eventos são determinados contratualmente e reconhecidos ao resultado à medida que o evento a que se referem é realizado. • Acordo de exclusividade: os valores por acordo de exclusividade são determinados com base no valor de venda de produtos aos franqueados e multimarcas e são reconhecidos de acordo com os termos de cada contrato. • "Royalties": os contratos de "royalties" são determinados com base em percentuais fixos estabelecidos em contrato e calculados sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados. b) Moeda funcional e de apresentação. A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o real (R$), representando o principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. c) Transações e saldos em moeda estrangeira. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultante da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. d) Ativos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros adquiridos com a finalidade de realização no curto prazo, mantidos para negociação. Classificam-se nessa categoria os instrumentos financeiros derivativos e os títulos e valores mobiliários detidos em 31 de dezembro de 2010. (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento. Compreendem os ativos financeiros não derivativos com vencimentos definidos adquiridos com a finalidade de realização no vencimento, mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Classificam-se nessa categoria os títulos e valores mobiliários detidos em 31 de dezembro de 2011. (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda. Compreendem os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas, ou não, em mercados ativos, que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. A Companhia não possui valores classificados nessa categoria. (iv) Empréstimos e recebíveis. Compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São considerados nessa categoria os ativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. As compras e vendas regulares dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Ativos financeiros, exceto aqueles designados

continua

INBRANDS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 09.054.385/0001-44

pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, quando realizados ou incorridos. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Em casos de não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. e) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como: (i) Valor justo por meio do resultado. Compreende os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado. (ii) Outros passivos financeiros. Compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período de vigência dos contratos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Custo amortizado é o montante pelo qual o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal e mais as variações monetárias e os juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros; e qualquer redução por meio de provisão. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. f) Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio, substancialmente representados por contratos de câmbio a termo. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento de cada período de relatório. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. g) Caixa e equivalentes de caixa. O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até a data de encerramento de cada período de relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. h) Títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2010, os títulos e valores mobiliários eram representados por aplicações financeiras em "Fundo de Investimento de Renda Fixa de Crédito Privado Inbrands" e contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustado pelo valor justo na data de encerramento de cada período de relatório, com os ganhos e as perdas incorridos contabilizados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e classificadas como mantidos até o vencimento, uma vez que tais aplicações possuem restrição de utilização, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b). i) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multimarcas são monitoradas individualmente, sendo a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. j) Estoques. Registrados pelo custo de aquisição ou produção da cada coleção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. k) Ativo mantido para venda. O ativo é classificado como mantido para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do seu uso contínuo. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas. O ativo classificado como destinado à venda é mensurado pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. l) Investimentos. (i) Controladas. A Companhia possui investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Não são realizadas vendas de produtos entre as empresas consolidadas. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia possui controle, definido como o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. (ii) Coligadas. Uma coligada é uma empresa sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no resultado e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada, a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais, reconhecendo-os somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada. Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. (iii) Controlada em conjunto ("joint venture"). Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e em quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. m) Operações descontinuadas. Devido à decisão, pela Administração, de descontinuidade do investimento na controlada em conjunto Isapac em 2010 e da Luminosidade em 2011, os respectivos investimentos foram classificados como "mantidos para venda" e contabilizados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, cuja finalização da negociação e baixa do investimento da Isapac ocorreu em 4 de março de 2011 e da Luminosidade deverá ocorrer até o final de 2012. n) Imobilizado. Registrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início de sua utilização. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 14, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. o) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. Os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados na data de encerramento de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. p) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio. Na data de encerramento de cada período de relatório, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. q) Combinação de negócio e ágio. As aquisições de negócio efetuadas até 2008 foram contabilizadas pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa adquirida, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser anualmente testado pelo seu valor de recuperação, independentemente da existência de indicadores de perda de valor. As aquisições de negócios efetuadas a partir de 2010 são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos assumidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações de não controladores na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na empresa adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle, e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Incorporação reversa. Em atendimento à Instrução Consolidada da CVM nº 319/349, de 6 de março de 2001, no momento em que a Companhia incorporou a sua controladora direta, a Cristalys Participações S.A. ("Cristalys"), o saldo do ágio que estava originalmente registrado na Cristalys foi baixado por meio da provisão na própria Cristalys e, de acordo com as regras fiscais vigentes, no momento do registro da provisão, não foi dedutível para fins fiscais. Ainda, de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade, para fins fiscais, ocorrerá após a incorporação das sociedades e em parcelas mensais durante 60 meses. r) Arrendamento mercantil. Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, entre: • Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens. • Operacionais: os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia e de suas controladas são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional. s) Empréstimos. Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros, juros e variações monetárias, incorridos até a data de encerramento de cada período de relatório, conforme os termos definidos contratualmente. t) Ajuste a valor presente. As operações de venda a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de desconto praticada para pagamentos antecipados pelos seus representantes comerciais. As operações de compra a prazo foram trazidas a seu valor presente na data das transações, usando a taxa média de encargos financeiros em que a Companhia e suas controladas incorrem quando de suas captações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo. u) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. v) Dividendos e juros sobre o capital próprio. A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. w) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está atualizada até a data de encerramento de cada período de relatório pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Para fins das demonstrações financeiras, os fundamentos e a natureza para constituição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 28. x) Imposto de renda e contribuição social. A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes. A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na Companhia, a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as controladas diretas e indiretas A.H. Consultoria, Propag, Royal, RF Participações, SLN Licenciamentos, SLN Indústria, Rio Ventura, Bintang e Ferreira e Luz, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro presumido. Impostos diferidos. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. y) Demonstração do valor adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. z) Remuneração baseada em ações. O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 22.f). O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. No fim de cada período de relatório, a Administração revisa as estimativas e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido ao resultado, refletindo as estimativas revisadas. aa) Resultado por ação. O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, conforme a nota explicativa nº 29. bb) Mudança de estimativa contábil. Em 2011, a Companhia alterou seu critério de análise para créditos de liquidação duvidosa e, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Retificação de Erros, essa natureza de ajuste deve ser refletida de forma prospectiva nas demonstrações financeiras, afetando o resultado do exercício em que houve a mudança na estimativa contábil. O efeito da adoção desse critério no exercício corrente foi de R$2.161, o qual foi reconhecido ao resultado do exercício de 2011. cc) Informações por segmento. Em 2010, a Companhia gerenciava seus resultados em dois segmentos, definidos em comercialização de vestuário, por meio de sua rede de lojas e vendas ao atacado para franqueados e multimarcas; e conteúdo, por meio de eventos realizados pela sua controlada Luminosidade. Em virtude da reestruturação de suas operações comentada na nota explicativa nº 1.c) e da descontinuidade das operações do segmento de conteúdo, por meio do plano de alienação da controlada Luminosidade, a Companhia organizou seus segmentos por marca, sendo: Ellus e "2nd floor", VR e VRKids, Richards, Salinas, Bintang e Alexandre Herchcovitch, sendo controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados das marcas acompanhados, monitorados e avaliados separadamente pelo principal tomador de decisão da Companhia. dd) Novas normas e alterações e interpretações de normas. O CPC ainda não editou os pronunciamentos e as modificações correlacionados aos pronunciamentos de IFRSs novos e revisados apresentadas a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Normas vigentes em 31 de dezembro de 2011. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	01/02/2010
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	01/01/2011
IFRIC 19	Liquidação de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio	01/07/2010
IFRIC 13	Programa de fidelidade de clientes	01/07/2010
Modificações à IAS 24	Divulgação de partes relacionadas	01/01/2011

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor a partir de 1º de julho de 2011 e que não foram adotadas antecipadamente. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em ou após 1º de julho de 2011, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	01/07/2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	01/07/2011
IFRS 9 (alterada em 2010)	Introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros	01/01/2013
Modificações à IAS 1	Apresentação de itens de "Outros resultados abrangentes"	01/07/2012
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	01/01/2012
Modificações à IAS 19	Benefícios a empregados - elimina o método "corredor" e orienta registrar os impactos de remensuração do plano de benefícios diretamente em resultado abrangente, além de outras melhorias.	01/01/2013
"Package of five"	IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (substitui o guia de consolidação da IAS 27 e SIC12); IFRS 11- Empreendimentos em Conjunto (substitui a IAS 31); IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades; modificações à IAS 27; modificações à IAS 28 para alinhar com os pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12.	01/01/2013
IFRS 13	Mensuração de valor justo - substitui os guias existentes sobre mensuração de valor justo nas IFRSs por um pronunciamento único.	01/01/2013

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS: Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no período em que são revistos, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. a) Redução dos valores de recuperação dos ativos. Os itens do imobilizado e do ativo intangível, com prazo de vida útil definida, que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada unidade geradora de caixa pelo cálculo do fluxo de caixa futuro descontado e utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. b) Redução ao valor recuperável do ágio. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das referidas unidades e a taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. c) Provisão para perdas com estoques. Avaliada em virtude da obsolescência dos estoques, considerando os estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas, conforme a coleção a que pertencem. Para os estoques obsoletos, ou seja, sem venda nos últimos 12 meses, é constituída provisão de 100% dos saldos. Para os demais estoques é avaliada a coleção a que pertencem e o giro de venda em períodos de 6 a 9 meses e de 9 a 12 meses, constituindo-se provisão de 50% e 75%, respectivamente. d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multimarcas são monitoradas individualmente. Em 2011, a Companhia alterou seu critério de análise para créditos de liquidação duvidosa, passando a efetuar provisão para os valores não recebidos há mais de 90 dias da data de vencimento e considerando a totalidade da carteira a receber do cliente cujos créditos foram provisionados, independentemente de sua data de vencimento. e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. f) IRPJ e CSLL diferidos. O IRPJ e a CSLL ativos diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. **5. AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO:** 5.1. CDM. a) Empresa adquirida. Em 10 de junho de 2010, os controladores da Companhia celebraram contrato para aquisição de 10% das ações representativas do capital social da CDM, que atua no ramo de varejo de moda. Nessa mesma data, os controladores da Companhia estabeleceram acordo com a Richards Participações S.A. ("Richards"), controladores da CDM, em caráter irrevogável e irretratável, para a aquisição da totalidade do capital social remanescente da CDM. A participação adquirida de 10% na CDM conferia à Companhia participação no Conselho de Administração e certos direitos de veto sem, no entanto, controlá-la. Ainda, entre 2 de março e 10 de junho de 2010, foram concedidos empréstimos à CDM, pela Companhia, cujo valor principal totalizou R$40.000, sujeito a juros equivalentes a 17,73% ao ano. Em 10 de junho de 2010, data da aquisição da participação inicial, o direito sobre o recebimento desses empréstimos foi cedido pela Companhia à controlada Moda Rio, por meio de aumento de seu capital social, cuja realização está vinculada à segunda fase da transação de compra da CDM. Dessa forma, esse empréstimo foi considerado como pré-pagamento na aquisição da CDM e, consequentemente, classificado como parte dos investimentos realizados nessa empresa. Considerando esses fatores, a CDM estava classificada como investimento em empresa coligada com influência significativa, cuja contabilização estava sendo realizada pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da CDM, passando a participar em 100% de seu capital social e efetuar sua consolidação integral. Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia aumente seu portfólio de marcas e lojas, incluindo "Richards", "Richards Selaria", "Salinas" e "Bintang", além da redução de custos administrativos, logísticos e de produção, por meio de economias de escala e concentração de operações. b) Custo de aquisição. Em 10 de junho de 2010, a aquisição de participação na CDM ocorreu por meio do aumento do capital social pela Richards no valor de R$212, mediante a emissão de novas ações em valor correspondente a 4% do capital social da Companhia. Essa participação foi liquidada com a conferência de 10% de ações representativas do capital social da CDM. A contraprestação transferida em troca da aquisição da CDM foi mensurada pelo seu valor justo na data da transação, considerando a participação societária emitida pela Companhia, a qual foi avaliada, a valores justos, por R$9.709, sendo contabilizada reserva de ágio de R$9.497 no patrimônio líquido, ratificada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 20 de abril de 2011. A aquisição da totalidade de participação na CDM pelo valor de R$125.571 se deu conforme segue: • Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 16 de novembro de 2011, foi aprovado aumento de capital social na CDM pela Moda Rio em R$65.429, com a emissão de 14.040.508 novas ações ordinárias, mediante a conversão de créditos detidos pela Moda Rio e originados por mútuos concedidos à CDM no valor de R$13.668 e créditos classificados como "Pré-pagamento de aquisição da CDM", no valor de R$51.757. • Em AGE realizada em 27 de novembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital na Moda Rio, mediante a subscrição das ações remanescentes da CDM pelos sócios da Richards, no valor justo de R$60.142, apurado por empresa especializada e calculado com base em fluxo de caixa para dez anos e considerada perpetuidade de crescimento real de 3,09% e utilizada taxa real de desconto de 9,7% para cálculo do valor presente. • Em AGE realizada em 28 de novembro de 2011, os sócios da Richards integralizaram capital na Companhia no valor de R$60.142, referente à participação obtida na Moda Rio, com a emissão de 13.996.868 ações da Companhia ao valor unitário de R$4,296815. • Em 30 de novembro de 2011 a Companhia assumiu o controle integral da CDM, sendo esta a data de aquisição para fins de aplicação do CPC 15/IFRS 3(R) - Combinação de Negócios. c) Análise dos ativos e passivos adquiridos. Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3(R), a Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de novembro de 2011, na proporção adquirida da CDM. Assim, com base no laudo de avaliação emitido por especialistas, a contraprestação anteriormente referida pode ser assim alocada:

Descrição	Valor registrado nos livros locais	Ajustes	Valor justo na aquisição
Ativo circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	9.751	–	9.751
Contas a receber	60.477	–	60.477
Estoques	73.369	7.852	81.221
Impostos a recuperar	5.133	–	5.133
Créditos diversos	9.919	–	9.919
Ativo não circulante:			
Depósitos judiciais	1.382	–	1.382
Partes relacionadas	3.939	–	3.939
IRPJ e CSLL diferidos	–	1.301	1.301
Imobilizado	39.788	-	39.788
Intangível	26.146	95.189	121.335
Ágio	32.227	(32.227)	–
Passivo circulante:			
Fornecedores	(17.635)	–	(17.635)
Empréstimos	(166.589)	–	(166.589)
Salários, provisões e contribuições sociais	(13.923)	–	(13.923)
Impostos a recolher	(11.446)	–	(11.446)
Contas a pagar	(18.796)	–	(18.796)
Parcelamento de impostos	(8.104)	–	(8.104)
Adiantamento de clientes	(1.869)	–	(1.869)
Partes relacionadas	(48)	–	(48)
Passivo não circulante:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(24.424)	(3.825)	(28.249)
Parcelamento de impostos	(17.829)	–	(17.829)
IRPJ e CSLL diferidos	(3.741)	(35.034)	(38.775)
Participação não controladora	**756**	**(756)**	**–**
	(21.517)	**32.500**	**10.983**
(-) Valor pago na aquisição de 90% de participação			125.571
(-) Valor remensurado na participação preexistente na data de aquisição			**13.952**
Ágio na aquisição			**128.240**

A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou no ajuste de R$32.500, sendo representado por: • R$7.852 na rubrica "Estoques", referente à mais-valia sobre às mercadorias para revenda. • R$95.189 na rubrica "Intangível", referente ao valor de mercado dos pontos comerciais em que se situam as lojas próprias (R$1.009), da marca "Richards" (R$87.379), da marca "Salinas" (R$6.116) e da "Bintang" (R$684). • Baixa do ágio registrado anteriormente na CDM no valor de R$32.277. • Reconhecimento de passivos contingentes no valor de R$3.852. • Valor justo da participação não controladora referente à Bintang. • Efeito de IRPJ e CSLL diferidos sobre a mais-valia de ativos recebidos e passivos assumidos no valor de R$33.733. A Companhia utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior que o custo de aquisição de uma propriedade substituta com a mesma utilidade. Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC". Não são esperadas perdas significativas nos recebíveis adquiridos, uma vez que se trata de valores a receber com operadoras de cartão de crédito, cujo risco de não realização é remoto. d) Ágio apurado na aquisição. O ágio apurado na aquisição da CDM, no valor de R$128.240, é devido à inclusão, no custo de aquisição, de benefícios à Companhia. Tais benefícios são substancialmente representados por sinergias nos processos de compra, produção e distribuição de mercadorias, crescimento de venda e participação no mercado, desenvolvimento de mercados futuros alinhados com a estratégia de geração de lucros futuros. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, uma vez que os benefícios econômicos futuros não podem ser razoavelmente estimados. O montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R$67.078. e) Aquisição alcançada em estágio. Inicialmente, a Companhia adquiriu 10% da CDM ao valor justo de R$9.497. Tendo em vista que a Companhia possuía influência significativa na CDM, o investimento inicial foi ajustado pela equivalência patrimonial até 30 de novembro de 2011, resultando em um valor líquido de R$792. Em decorrência da aquisição total, foi efetuada a remensuração do valor justo da participação anteriormente detida pela Companhia na CDM, gerando um ganho no valor de R$13.161, registrado na demonstração do resultado consolidado na rubrica "Ganho na remensuração de participação". f) Resultado da adquirida. A partir da data de aquisição, em 30 de novembro de 2011, a receita líquida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas à CDM totalizou R$51.352 e o lucro líquido do referido período foi de R$451. Caso a CDM tivesse sido adquirida em 1º de janeiro de 2011, a receita líquida para o exercício de 2011 seria de R$264.383 e o resultado do período seria um prejuízo de R$74.250. g) Mensuração subsequente - alocação provisional do preço de compra. A aquisição de controle da CDM foi contabilizada segundo o método de aquisição, de acordo com o CPC 15/IFRS 3(R); contudo, a Companhia não obteve uma avaliação final do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a fim de concluir a avaliação do ágio. Em cumprimento aos referidos pronunciamentos técnicos, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos durante 2012, considerando o prazo de 12 meses a contar da data da combinação de negócios. 5.2. VR Holding. a) Empresa adquirida. Em 4 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou compromisso irrevogável e irretratável para adquirir 100% do capital social da sociedade VR Holding, sociedade controladora da VR Indústria, que por sua vez comercializa produtos com as marcas "VR", "VRMenswear" e "VRKids". Em 31 de março de 2011, a Companhia celebrou o contrato de compra, por meio de sua controlada Moda São Paulo, de 100.000 cotas representativas da totalidade do capital social da VR Holding. b) Análise dos ativos e passivos adquiridos. Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3(R), a Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis da VR Indústria. Para os demais ativos e passivos, a Companhia, após análises, concluiu que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado, exceto pelos estoques, os quais foram valorizados pelo preço da última compra e certos ativos intangíveis. Assim, com base no laudo de avaliação emitido por especialistas, na data-base 31 de março de 2011, os valores finais registrados na aquisição foram:

Descrição	Valor registrado nos livros locais	Ajustes	Valor justo na aquisição
Ativo circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	201	–	201
Contas a receber	1.631	–	1.631
Estoques	12.897	2.117	15.014
Impostos a recuperar	517	–	517
Partes relacionadas	220	–	220
Créditos diversos	139	–	139
Ativo não circulante:			
Imobilizado	9.978	–	9.978
Intangível	6.248	32.004	38.252
Passivo circulante:			
Fornecedores	(6.445)	–	(6.445)
Empréstimos	(9.742)	–	(9.742)
Salários, provisões e contribuições sociais	(1.295)	–	(1.295)
Impostos a recolher	(492)	–	(492)
Contas a pagar	(423)	–	(423)
Partes relacionadas	(14.502)	–	(14.502)
Passivo não circulante:			
IRPJ e CSLL diferidos	–	(11.601)	(11.601)
Empréstimos	**(2.077)**	**–**	**(2.077)**
	(3.145)	**22.521**	**19.376**
(–) Valor inicial na aquisição			**85.626**
(+) Ajuste de preço relacionado ao valor inicial (*)			**(4.564)**
Ágio na aquisição			**61.686**

(*) Ajuste de preço calculado com base no capital de giro apurado nas demonstrações financeiras na data de aquisição e o capital de giro utilizado na negociação prévia à aquisição. A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou no ajuste de R$28.999, sendo: R$2.118 na rubrica "Estoques", referentes às mercadorias para revenda, e R$32.004 na rubrica "Intangível", referentes ao valor de mercado dos pontos comerciais em que se situam as lojas próprias (R$1.225) e da marca "VR" (R$30.779). A Companhia utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior que o custo de aquisição de uma propriedade substituta com a mesma utilidade. Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC". Não são esperadas perdas significativas nos recebíveis adquiridos, uma vez que se trata de valores a receber com operadoras de cartão de crédito, cujo risco de não realização é remoto. c) Custo de aquisição. O total da transação foi de R$85.626, ajustado para R$81.062 conforme anteriormente demonstrado, cujo pagamento ocorrerá em cinco parcelas. A primeira e a segunda parcelas, no valor de R$10.703 cada uma, e as demais no valor de R$21.407 cada uma corrigidas monetariamente pela taxa da Cédula de Crédito Interbancário - CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data do desembolso de cada parcela. Os vencimentos das duas primeiras parcelas ocorreram em 4 e 6 de abril de 2011, respectivamente. A terceira parcela foi liquidada em 3 de outubro de 2011, no valor líquido de R$18.306, considerando a dedução por ajuste de preço no valor de R$4.564, previsto contratualmente. A quarta e quinta parcelas vencerão em 31 de março e 27 de setembro de 2012, respectivamente, totalizando R$46.896. Na hipótese de ocorrência de uma oferta pública de ação ou troca de controle da Companhia, todas as parcelas vincendas terão os seus respectivos vencimentos antecipados e deverão ser pagas, de uma só vez, dentro de 30 dias a contar da ocorrência do fato. d) Saída de caixa líquida na aquisição. Em 31 de dezembro de 2011, o valor total pago pela aquisição foi de R$39.305 (R$36.813 referentes à parcela principal e R$1.492 referentes à atualização monetária), correspondente às três primeiras parcelas, remanescendo o valor de R$46.896 registrado no passivo da Companhia, cujo pagamento ocorrerá conforme descrito no item c) anterior. Adicionalmente, por ocasião dessa transação, houve ingresso de caixa no valor de R$201 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. e) Ágio apurado na aquisição. O ágio apurado na aquisição da VR Holding é devido à inclusão, no custo de aquisição, de benefícios à Companhia. Tais benefícios são substancialmente representados por sinergias nos processos de compra, produção e distribuição de mercadorias, crescimento de venda e participação no mercado e desenvolvimento de mercados futuros alinhados com a estratégia de geração de lucros futuros. O ágio e a mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos que surgiram dessa aquisição representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da combinação de negócios. O montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R$58.541. f) Resultado da adquirida. A partir da data de aquisição, em 31 de março de 2011, a receita líquida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas à VR Indústria totalizou R$82.694 e o lucro líquido do referido período foi de R$9.783. Caso a VR tivesse sido adquirida em 1º de janeiro de 2011, a receita líquida para o exercício de 2011 seria de R$103.846 e o lucro líquido seria de R$6.443. 5.3. Mandi Holding Participações S.A. A Companhia firmou o compromisso de associação com o Sr. Alexandre Brett, no âmbito da Mandi Holding Participações S.A. ("Mandi Holding"), sociedade detentora da totalidade das ações de emissão da Mandi Indústria e Comércio do Vestuário S.A. ("Mandi Indústria"), que, por sua vez, é titular das marcas "Mandi" e "Mandi&Co". Em 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu cinco ações de emissão da Mandi Holding, passando a estar vinculada a um acordo que garante participação na Administração da Mandi Holding, direito de veto em determinadas matérias relevantes e direitos no que se refere à transferência das ações de emissão da Mandi Holding por seus acionistas. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Aquisição de Ações e Outras Avenças ("Contrato") para aquisição da totalidade do capital da Mandi Holding, incluindo os direitos sobre as marcas Mandi, LOS DOS e Mandi&Co e exploração da marca Juicy Couture. A efetiva aquisição está condicionada ao cumprimento pelo vendedor de determinadas condições suspensivas estabelecidas no Contrato. Concretizando-se a aquisição, a Companhia pagará ao vendedor, na data de fechamento da aquisição, o valor de R$40.000, menos a dívida líquida da Mandi Indústria, sendo parte em dinheiro e R$20.000 por meio de aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 2.862.528 novas ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, representativas de aproximadamente 3% do capital social da Companhia após tal emissão de ações, a serem integralizadas pelo vendedor com ações da Mandi Holding. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras e de sua respectiva aprovação, a aquisição não foi finalizada pelas partes. 5.4. Bobstore Confecções Ltda. Em 6 de outubro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Cotas sob Condição Suspensiva e Outras Avenças para futura aquisição do negócio atualmente explorado pela Bobstore Confecções Ltda. ("Bobstore"). A aquisição está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas por parte da vendedora. A Bobstore é, e continuará sendo até a data da aquisição, detida integralmente por Andrea Sahyoun (30%) e pela Joliville Group S.A. (70%). O preço de aquisição a ser pago à Bobstore será de R$51.573, em seis parcelas, sendo: R$20.629 na data da efetiva aquisição, R$4.332 em julho de 2012, R$4.538 em julho de 2013, R$5.673 em julho de 2014, R$6.189 em julho de 2015 e R$10.211 em julho de 2016. As parcelas do preço de aquisição serão corrigidas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI no período compreendido entre 6 de outubro de 2011 e a data de pagamento de cada parcela. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras e de sua respectiva aprovação, a aquisição não foi finalizada pelas partes.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
Caixa	329	216	1.842	264
Bancos conta movimento	1.107	1.503	9.364	6.474
Aplicações financeiras (*)	1.930	103.198	8.206	116.683
Total	**3.366**	**104.917**	**19.412**	**123.421**

(*) A composição do saldo da rubrica "Aplicações financeiras" está de monstrada a seguir:

	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	–	–	419	10.711
Operações compromissadas em CDB	1.930	103.198	7.787	105.606
Outras aplicações e contas de poupança	–	–	–	366
Total	**1.930**	**103.198**	**8.206**	**116.683**

As aplicações financeiras em CDBs e operações compromissadas, cujos títulos o banco vendeu à Companhia, com compromisso de recompra, e a Companhia comprou com compromisso de revendê-los ao banco, também indexados em CDB, possuem mercado de liquidez imediata e prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias, com insignificante risco de alteração de valor, os quais foram remunerados por taxas de 101% a 104,5% sobre a variação do CDI (de 101% a 107,7% em 2010) e administrados por instituições financeiras independentes, sendo as principais os Bancos Itaú e Santander.

INBRANDS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 09.054.385/0001-44

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: a) Saldos em 31 de dezembro de 2010

Sociedade	Participação - %	Companhia (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
Companhia	94,40	19.001	19.001
Propag	5,60	–	1.119
Total	**100,00**	**19.001**	**20.120**

A conta é representada por saldos de aplicações financeiras em "Fundo de Investimento de Renda Fixa de Crédito Privado Inbrands", administrado pela UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM. O fundo de investimento é caracterizado como fundo de renda fixa multimercado, na forma de condomínio aberto e não exclusivo destinado exclusivamente a investidores qualificados. Em 2011, a Companhia efetuou o resgate integral desses títulos. O rendimento da aplicação no ano 2011 nesse fundo de investimento totalizou R$637 na Companhia e R$681 no Consolidado (R$2.996 na Companhia e R$3.005 no Consolidado em 2010). A carteira de investimento consolidada do fundo estava assim representada:

Emissor	Ativo	Taxa do CDI - %	Vencimento	2010 Quantidade	2010 Valor
Banco Bradesco S.A.	CDB-ESC	104,30	24/10/11	13.877	17.198
Banco Santander S.A.	CDB-DI	101,00	01/06/17	8	115
Banco Votorantim S.A.	CDB-DI	104,00	01/07/27	91	1.301
Banco BTG Pactual S.A.	NTNB IPCA	99,80	15/08/40	36	72
Títulos públicos	LFT REF	98,00	07/03/15	319	1.434
Total					**20.120**

b) Saldos em 31 de dezembro de 2011: A Companhia realizou aplicações financeiras no valor de R$37.496, remunerados por taxa de 105% sobre a variação do CDI, no Banco Itaú Unibanco S.A. Esta aplicação financeira está vinculada e garante o pagamento das duas últimas parcelas devidas em decorrência da compra das cotas representativas do capital social da VR Indústria mencionada na nota explicativa nº 5.2.

8. CONTAS A RECEBER

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Títulos e faturas a receber	27.143	15.960	89.856	26.902
Cartões de crédito	14.721	12.432	82.225	12.588
Cheques a receber e devolvidos	2.571	2.518	3.449	2.645
Ajuste a valor presente	(717)	(162)	(2.337)	(247)
Provisão para devolução de vendas	(2.730)	–	(3.287)	–
	40.988	**30.748**	**169.906**	**41.888**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Títulos e faturas a receber	(6.132)	(2.980)	(10.100)	(4.260)
Cheques devolvidos	(2.271)	(2.104)	(2.357)	(2.158)
Total	**32.585**	**25.664**	**157.449**	**35.470**

O prazo médio de recebimento na venda de produtos no atacado ("títulos e faturas a receber") é de 78 dias (60 dias em 2010) e no varejo ("cartões de crédito e cheques a receber") é de 64 dias (67 dias em 2010). A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes, probabilidade de recebimento e considerando os valores vencidos superiores há 90 dias, com base na experiência passada de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor. Nenhum cliente representa mais de 1% do saldo total de contas a receber de clientes de títulos e faturas a receber; com relação a cartões de crédito, as contas a receber estão distribuídas substancialmente nas seguintes operadoras: Visa (57%), Redecard (36%) e American Express (7%). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas de encerramento de cada período de relatório é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos e das faturas a receber conforme demonstrado a seguir:

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
A vencer:				
De 181 a 360 dias	3	–	11	2
De 91 a 180 dias	151	330	1.007	338
De 61 a 90 dias	1.297	277	7.120	358
De 31 a 60 dias	5.288	2.770	23.670	3.960
Até 30 dias	10.279	6.815	39.036	12.361
Vencidos:				
Até 30 dias	1.913	1.185	4.578	2.791
De 31 a 60 dias	1.349	802	2.777	1.206
De 61 a 90 dias	1.119	308	2.050	520
De 91 a 180 dias	1.596	734	2.988	1.149
De 181 a 360 dias	701	679	1.514	1.050
Superior a 360 dias	3.447	2.060	5.105	3.167
Total	**27.143**	**15.960**	**89.856**	**26.902**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Saldo no início do exercício	(5.084)	(2.948)	(6.418)	(4.255)
Provisão originada no balanço de aquisição da CDM	–	–	(918)	–
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis	199	830	382	1.238
Provisão do exercício	(3.518)	(2.966)	(5.503)	(3.401)
Saldo no fim do exercício	**(8.403)**	**(5.084)**	**(12.457)**	**(6.418)**

9. ESTOQUES

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Produtos acabados	10.400	6.063	65.950	6.189
Mercadorias para revenda - lojas próprias	4.579	3.089	13.183	3.561
Produtos em elaboração	2.025	1.906	2.025	1.906
Matéria-prima	2.822	3.575	17.045	3.976
Estoque de material de consumo e embalagem	161	96	1.326	96
Importação em andamento	9.564	1.722	10.898	1.722
Estoque em poder de terceiros	1.233	–	14.288	–
Estoque em trânsito	552	–	890	–
Ajuste a valor presente	(24)	(43)	(261)	(43)
Provisão para giro lento e obsolescência	(1.691)	(2.043)	(16.489)	(2.231)
Total	**29.621**	**14.365**	**108.855**	**15.176**

A movimentação da provisão para giro lento e obsolescência é como segue:

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Saldo no início do exercício	(2.043)	(1.586)	(2.231)	(1.586)
Provisão originada no balanço de aquisição da CDM	–	–	(14.415)	–
Provisão do exercício	(1.736)	(457)	(2.133)	(726)
Baixa da provisão	2.088	–	2.290	81
Saldo no fim do exercício	**(1.691)**	**(2.043)**	**(16.489)**	**(2.231)**

O custo dos estoques reconhecido como despesa ao resultado do ano 2011, com relação às operações continuadas, é de R$62.173 na Companhia e R$126.461 no Consolidado (R$44.130 na Companhia e R$46.389 no Consolidado em 2010).

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.115	1.625	5.283	2.339
IRPJ	15	11	1.989	773
CSLL	179	139	463	514
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	918	39	5.448	71
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	–	–	327	96
Programa de Integração Social - PIS	5	–	78	75
Outros	3	–	33	96
Total	**5.235**	**1.814**	**13.621**	**3.964**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Ativo não circulante-				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	1.301	–
Benefício fiscal - ágio (i)	9.358	14.972	9.358	14.972
Total	**9.358**	**14.972**	**10.659**	**14.972**
Passivo não circulante:				
Custo atribuído ao imobilizado	5.474	5.523	5.694	5.523
Mais-valia em ativos adquiridos - VR Indústria	–	–	10.842	–
Mais-valia em ativos adquiridos - CDM	–	–	38.110	–
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedades (ii)	–	–	–	3.794
Total	**5.474**	**5.523**	**54.646**	**9.317**

(i) Em 31 de agosto de 2008, a Companhia incorporou o acervo líquido de sua controladora Cristalys. Nesse acervo estava registrado um crédito tributário decorrente de ágio no montante de R$82.561, líquido de provisão contábil para redução do ágio ao valor do respectivo benefício fiscal recuperável, remanescendo, assim, o montante de R$28.071, conforme demonstrado a seguir:

	Valor
Ágio pago na aquisição da Companhia, registrado na controladora Cristalys	82.561
Provisão para redução ao benefício fiscal	(54.490)
Benefício fiscal	28.071
Amortização:	
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2008	(1.871)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2009	(5.614)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2010	(5.614)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2011	(5.614)
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos	**9.358**

A amortização fiscal decorrente dessa transação ocorrerá em 60 meses. A amortização no exercício de 2011, no montante de R$5.614 (R$5.614 em 2010), foi debitada na despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. A estimativa de realização do ativo fiscal diferido está assim composta:

Ano	Valor
2012	5.614
2013	3.744
Total	**9.358**

(ii) Valor correspondente ao benefício de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização fiscal do ágio contabilizado na controlada Luminosidade, o qual foi baixado em virtude da decisão de descontinuidade da operação e consequente baixa do ágio (nota explicativa nº 32). b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - não registrados. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.c), a Companhia está em processo de reestruturação societária e operacional, além da aquisição e estruturação de novos negócios; dessa forma, não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia; tais créditos serão constituídos quando da formalização e aprovação do plano de negócios individualizado por entidade jurídica da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, para os quais não há prazo-limite para utilização e que estão limitados a 30% do lucro ajustado anual para fins fiscais de acordo com a legislação fiscal em vigor e diferenças temporárias, eram compostos como segue: • Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL - R$28.217 (R$10.497 em 2010). • Diferenças temporárias - R$20.535 (R$11.035 em 2010). Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR e totalizam R$16.575 (R$7.321 em 2010). c) Conciliação da despesa efetiva de IRPJ e CSLL

	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	13.206	27.623	28.183	34.854
Alíquota vigente	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL	(4.491)	(9.391)	(9.582)	(11.850)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	7.677	7.728	(2.541)	(127)
Ganho na remensuração de participação	4.475	–	4.475	–
Lucro das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação- lucro real	–	–	15.428	12.438
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando a receita bruta de vendas como base para cálculo	–	–	(7.095)	(6.013)
Adições permanentes, líquidas de exclusões	(718)	(557)	(756)	(1.994)
Efeitos dos ajustes da Lei nº 11.638/07	214	(49)	214	(49)
Plano de opção de ações	(3.467)	–	(3.467)	–
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da CSLL do exercício, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL da Companhia	(6.025)	(1.589)	(6.025)	(1.589)
Diferenças temporárias da Companhia	(3.230)	(1.712)	(3.230)	(1.712)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de controladas	–	–	(6.811)	(1.778)
Total	**(5.565)**	**(5.570)**	**(19.390)**	**(12.674)**
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	–	–	(15.029)	(7.104)
Diferidos	(5.565)	(5.570)	(4.361)	(5.570)
Total	**(5.565)**	**(5.570)**	**(19.390)**	**(12.674)**

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. d) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09). A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

12. PARTES RELACIONADAS: a) Saldos e transações. As transações com partes relacionadas referem-se substancialmente a mútuos a pagar e a receber de controladas, sendo os principais saldos e transações conforme a seguir descritos:

Saldos	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Ativo circulante-				
Dividendos a receber:				
Controladas diretas e indiretas				
Polaminsk	1.287	1.287	–	–
Propag	2.964	2.964	–	–
Royal	69	69	–	–
Total	**4.320**	**4.320**	**–**	**–**
Ativo não circulante-				
Partes relacionadas:				
Controladas diretas e indiretas:				
Moda Rio	9	–	–	–
A.H. Confecções	–	587	–	–
VR	11	–	–	–
CDM	–	6.993	–	6.993
Estilo	–	9	–	–
Gestora de Marcas	–	251	–	–
Outras partes relacionadas-	4	–	89	66
Mútuo com acionistas (*)	11.956	–	11.956	–
Total	**11.980**	**7.840**	**12.045**	**7.059**

(*) Em 28 de novembro de 2011, no contexto da aquisição da CDM, a Companhia concedeu empréstimos de mútuo a determinados ex-acionistas da CDM, que migraram e são atuais acionistas da Companhia, com vencimento em 1º de março de 2015, e sujeitos a juros equivalentes a variação de 100% do CDI.

Saldos	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Passivo circulante-				
Partes relacionadas:				
Controladas diretas e indiretas:				
Royal	302	–	–	–
Gestora	3	3	–	–
Propag	–	1	–	–
CDM	3.693	–	–	–
Outras partes relacionadas	–	–	14	–
Total	3.998	4	14	–
Dividendos a pagar:				
Controladores-				
Acionistas da Companhia	2.046	5.011	2.046	5.011
Não controladores-				
Minoritários da Propag	–	–	–	486
Total	**2.046**	**5.011**	**2.046**	**5.497**

Transações	Companhia (BR GAAP) 2011	2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Receitas financeiras:				
Controladas diretas e indiretas:				
CDM	–	142	7.150	142
RF Participações	1.458	631	1.458	631
Outras partes relacionadas-				
Mutuo com acionistas	43	–	43	–
Total	1.501	773	8.651	773
Despesas financeiras-				
Controladas diretas e indiretas:				
Luminosidade	–	490	–	–
Gestora	–	5	–	–
Total	**–**	**495**	**–**	**–**

b) Outras transações. Conforme descrito na nota explicativa nº 20, em 23 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu a parcela remanescente de 30% do capital social da A.H. Confecções anteriormente detidas por Alexandre Herchcovitch. Nessa mesma data, a Companhia celebrou Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual ele se comprometeu a permanecer na A.H. Confecções como responsável pela criação, pelo desenvolvimento e pelo estilo das marcas e dos produtos "Alexandre Herchcovitch" até 31 de dezembro de 2015. Em 2011, o montante total pago relacionado a esse contrato foi de R$495. c) Remuneração dos administradores. A remuneração dos diretores e membros da Administração da Companhia é como segue:

Remuneração	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	2010
Salário dos administradores	3.090	1.017
Benefícios concedidos	102	47
Subtotal	3.192	1.064
Remuneração baseada em ações	10.196	–
Total	**13.388**	**1.064**

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. **13. INVESTIMENTOS**

Companhia (BR GAAP)

Controlada	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 2011	2010	Lucro (prejuízo) do exercício 2011	2010	Participação - % 2011	2010	Saldo do investimento 2011	2010	Resultado de equivalência patrimonial 2011	2010
Estilo	(9.673)	(9.401)	(2.572)	(2.830)	100,00	100,00	(9.673)	(9.401)	(2.572)	(2.830)
Gestora	2.620	6.914	(8.898)	(2.878)	100,00	100,00	2.620	6.914	(8.898)	(2.878)
Isapac	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(955)
Polaminsk	3.767	14.078	35.025	27.889	100,00	100,00	3.767	14.078	35.025	27.889
Luminosidade	–	4.561	–	(331)	–	75,00	–	(4.343)	(7.626)	(249)
Trezeme	–	–	–	(118)	–	–	–	–	–	(118)
Moda São Paulo	49.088	–	3.410	–	100,00	–	49.088	–	3.410	
Moda Rio	143.435	41.128	27.617	916	100,00	100,00	134.088	41.128	18.272	916
							179.890	48.376	37.611	21.775
Ágio na aquisição de investimentos - CDM							–	9.497	(9.497)	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital:										
Gestora							2.940	–	–	–
Moda São Paulo							19.705	–	–	–
Polaminsk							1.561	–	–	–
Estilo							1.988	–	–	–
Total							206.084	57.873	28.114	21.775
Investimentos							213.769	71.617		
Provisão para perdas com passivo a descoberto							(7.685)	(13.744)		
Total							206.084	57.873		
Equivalência patrimonial									22.579	22.730
Ganho na remensuração de participação									13.161	–
Operação descontinuada									(7.626)	(955)
Total									**28.114**	**21.775**

Consolidado (BR GAAP e IFRS)

Coligada	Passivo a descoberto 2011	2010	Prejuízo do exercício 2011	2010	Participação - % 2011	2010	Saldo do investimento 2011	2010	Resultado de equivalência patrimonial 2011	2010
CDM	–	(12.338)	–	(11.372)	–	10,00	–	3.864	(7.474)	(375)
Ágio na aquisição de investimento	–	–	–	–	–	–	–	4.399	–	–
Pré-pagamento de aquisição da CDM	–	–	–	–	–	–	**–**	**43.767**	**–**	**–**
Total							**–**	**52.030**	**(7.474)**	**(375)**

As alterações registradas na rubrica "Investimentos" são como segue:

Companhia (BR GAAP)

	Estilo (a)	Gestora (b)	Isapac (c)	Polaminsk (f)	Luminosidade (g)	Trezeme	CDM (d)	Moda Rio (d)	Moda São Paulo (e)	Total
Saldos no fim do exercício - 31/12/09	**(954)**	**6.067**	**2.216**	**4.437**	**(4.094)**	**(1.574)**	**–**	**–**	**–**	**6.098**
Integralização de capital em coligada	–	–	–	–	–	–	212	–	–	212
Alocação do preço pago	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital com investimento em coligada	–	–	–	–	–	–	(212)	212	–	–
Aumento de capital com empréstimos à coligada	–	–	–	–	–	–	–	40.000	–	40.000
Investimento destinado à venda	–	–	(1.261)	–	–	–	–	–	–	(1.261)
Resultado na variação de participação	(5.617)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.617)
Incorporação	–	–	–	–	–	1.692	–	–	–	1.692
Aumento de capital sem variação de participação	–	3.725	–	–	–	–	–	–	–	3.725
Resultado de equivalência patrimonial	(2.830)	(2.878)	(955)	27.889	(249)	(118)	–	916	–	21.775
Provisão para perdas em investimento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(16.961)	–	–	–	–	–	(16.961)
Dividendos propostos	–	–	–	(1.287)	–	–	–	–	–	(1.287)
Saldos no fim do exercício - 31/12/10	**(9.401)**	**6.914**	**–**	**14.078**	**(4.343)**	**–**	**–**	**41.128**	**–**	**48.376**
Alocação do preço pago	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Conversão do pré-pagamento para aquisição da CDM	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital com adiantamento para futuro aumento de capital	2.300	4.604	–	–	–	–	–	878	45.678	53.460
Aumento de capital com empréstimos	–	–	–	–	–	–	–	13.668	–	13.668
Aumento de capital com investimento em controlada	–	–	–	–	–	–	–	60.142	–	60.142
Investimento destinado à venda	–	–	–	–	11.969	–	–	–	–	11.969
Resultado de equivalência patrimonial	(2.572)	(8.898)		35.025	(7.626)	–	–	18.272	3.410	37.611
Distribuição de dividendos	–	–	–	(45.336)	–	–	–	–	–	(45.336)
Saldos no fim do exercício - 31/12/11	**(9.673)**	**2.620**	**–**	**3.767**	**–**	**–**	**–**	**134.088**	**49.088**	**179.890**

(a) Estilo. Em 23 de dezembro de 2010, a Estilo celebrou contrato para adquirir a parcela remanescente de 30% do capital social da A.H. Confecções, até então detidos pelo acionista minoritário Alexandre Herchcovitch, passando a deter 100% das ações de emissão dessa sociedade. Por essa participação, a Companhia pagará a quantia de R$4.005, sendo R$11 pagos na data do contrato, e o valor de R$3.994 será pago em 60 meses, sendo pagos R$495 em 2011 e remanescendo o saldo de R$3.447, corrigido de acordo com os termos contratuais. Ainda, em decorrência do aumento de participação e tendo em vista que a A.H. Confecções possui passivo a descoberto, a Companhia registrou um débito ao patrimônio líquido, no valor de R$1.612, referente à parcela de participação adquirida, totalizando efeito de R$5.617 ao patrimônio líquido da Companhia. Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital social em R$2.300, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda, em 2011 foi realizado novo adiantamento, no valor de R$1.988, a ser capitalizado até 30 de junho de 2012. (b) Gestora. Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social em R$1.475, com cessão de crédito de mútuo. Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social em R$2.250, sendo R$1.800 com recursos em espécie e R$450 com conversão de mútuo em favor da Companhia. Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital social em R$4.604, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda, em 2011 foi realizado novo adiantamento no valor de R$2.940, a ser capitalizado até 30 de junho de 2012. (c) Isapac. Em dezembro de 2010, a Administração da Companhia tomou a decisão de alienar integralmente a participação de 50% detida no capital social da controlada em conjunto Isapac para a acionista Isabela Capeto e, assim, não mais participar dos negócios relacionados à marca "Isabela Capeto". Dessa forma, os investimentos até 31 de dezembro de 2010, até então registrados pelo método de equivalência patrimonial, foram reclassificados como "atividades descontinuadas", com os saldos de mútuo em favor dessa empresa, no balanço patrimonial da Companhia, e foram mantidos os ativos e passivos relacionados a esses ativos disponíveis para venda classificados em rubricas específicas no balanço patrimonial consolidado (vide nota explicativa nº 32). (d) Moda Rio e CDM. Em 29 de janeiro de 2010, foi criada a controlada Moda Rio com a finalidade de ser a "holding" dos investimentos a serem realizados na CDM. Em 10 de junho de 2010, a Richards efetuou aumento do capital social da Companhia em 4%, mediante conferência de ações representativas de 10% do capital social total da CDM. O valor justo na troca de ações foi avaliado em R$9.709 e alocado conforme descrito na nota explicativa nº 5.a). Ainda em 10 de junho de 2010, houve aumento de capital social da Moda Rio no valor de R$39.843, com a emissão de 39.842.788 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Companhia, por meio de: (i) conferência de 2.042.695 ações do capital social da CDM, representativas de 10% do capital social, avaliadas em R$212; (ii) transferência de crédito detido pela Companhia contra a RF Participações (controlada da CDM) no valor de R$20.191, originado em contrato de mútuo celebrado em 2 de março de 2010; e (iii) aporte de R$19.439 em moeda corrente. Em 17 de dezembro de 2010, o capital social da Moda Rio foi aumentado em R$369, com a emissão de 369.531 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas pela Companhia por meio de crédito detido contra a CDM. Em AGE realizada em 16 de novembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital social na Moda Rio em R$13.668, mediante a utilização de créditos detidos pela Companhia contra a CDM. No âmbito da migração dos acionistas da Richards para a Companhia, em AGE realizada em 27 de novembro de 2011, foi efetuado aumento de capital na Moda Rio no valor de R$60.142 mediante a conferência da participação remanescente na CDM pelos acionistas de Richards. Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital social em R$878, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. (e) Moda São Paulo. Em 2 de março de 2011, foram alterados a denominação e o objeto social da companhia Hemet RJ Participações S.A. para Inbrands Moda São Paulo Participações S.A., tendo por objeto a participação em outras sociedades, de qualquer natureza, como sócia ou acionista. O capital social da Moda São Paulo era de R$800,00 dividido em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de março de 2011, a Moda São Paulo adquiriu 100% da participação societária da VR Holding, nas condições contratuais descritas na nota explicativa nº 5.b). Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital social em R$45.678 mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda, em 2011 foi realizado novo adiantamento no valor de R$19.705, a ser capitalizado até 30 de junho de 2012. (f) Polaminsk. Em 2011 foi realizado o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$1.561, a ser capitalizado até 30 de junho de 2012. (g) Luminosidade. Em dezembro de 2011, a Administração da Companhia tomou a decisão de alienar integralmente a participação de 75% detida no capital social da controlada Luminosidade e, assim, não mais participar dos negócios relacionados ao segmento de "conteúdo". Dessa forma, os investimentos até 31 de dezembro de 2011, até então registrados pelo método de equivalência patrimonial, foram reclassificados como "atividades descontinuadas", com os saldos de mútuo e passivos registrados na Companhia em favor dessa empresa e/ou relacionados a esse segmento de negócio, no balanço patrimonial da Companhia, e foram mantidos os ativos e passivos relacionados a esses ativos disponíveis para venda classificados em rubricas específicas no balanço patrimonial consolidado (vide nota explicativa nº 32). As principais informações nas controladas e coligadas são como segue:

	Estilo	Gestora	Polaminsk	Moda Rio	Moda São Paulo
Ativo total	4.021	6.779	12.367	474.208	146.782
Passivo circulante e não circulante	11.707	1.219	7.039	340.072	77.989
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(9.674)	2.620	5.328	134.136	49.088
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.988	2.940	–	–	19.705
Receita líquida	5.994	–	49.147	51.352	82.934
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.572)	(8.898)	35.025	19.073	3.410

14. IMOBILIZADO

Companhia (BR GAAP)

	Taxa anual de depreciação - %	2011 Custo	2011 Depreciação acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Depreciação acumulada	2010 Valor líquido
Terrenos	–	11.495	–	11.495	11.495	–	11.495
Benfeitorias	17,5	9.372	(3.808)	5.564	7.489	(3.014)	4.475
Edificações	2,66	5.493	(585)	4.908	5.347	(290)	5.057
Máquinas e equipamentos	10	817	(454)	363	762	(526)	236
Móveis e utensílios	10	3.110	(1.210)	1.900	2.463	(1.093)	1.370
Instalações	10	1.782	(1.055)	727	1.639	(928)	711
Veículos	20	1.061	(620)	441	1.068	(462)	606
Equipamentos de informática	20	3.675	(2.278)	1.397	2.547	(1.883)	664
Outros equipamentos	10	276	(96)	180	258	(70)	188
Imobilizado em andamento	–	379	–	379	437	–	437
Total		**37.460**	**(10.106)**	**27.354**	**33.505**	**(8.266)**	**25.239**

Consolidado (BR GAAP e IFRS)

	Taxa anual de depreciação - %	2011 Custo	2011 Depreciação acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Depreciação acumulada	2010 Valor líquido
Terrenos	–	11.495	–	11.495	11.495	–	11.495
Benfeitorias	14	51.226	(8.710)	42.516	8.792	(3.548)	5.244
Edificações	2,66	5.493	(585)	4.908	5.347	(290)	5.057
Máquinas e equipamentos	10	6.021	(3.417)	2.604	1.061	(602)	459
Móveis e utensílios	10	15.502	(5.454)	10.048	3.034	(1.243)	1.791
Instalações	10	1.840	(1.226)	614	1.670	(931)	739
Veículos	20	1.102	(634)	468	1.109	(468)	641
Equipamentos de informática	27	8.369	(5.420)	2.949	3.023	(2.210)	813
Outros equipamentos	10	279	(96)	183	258	(70)	188
Imobilizado em andamento	–	927	–	927	437	–	437
Total		**102.254**	**(25.542)**	**76.712**	**36.226**	**(9.362)**	**26.864**

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

Companhia (BR-GAAP)

	2009	Incorporação de controlada	Adições	Baixas	Transferência	2010
Custo:						
Terrenos	11.495	–	–	–	–	11.495
Benfeitorias	6.250	45	848	(300)	646	7.489
Edificações	5.347	–	–	–	–	5.347
Máquinas e equipamentos	724	5	33	–	–	762
Móveis e utensílios	1.903	88	472	–	–	2.463
Instalações	1.438	136	65	–	–	1.639
Veículos	1.092	–	138	(162)	–	1.068
Equipamentos de informática	2.241	30	228	–	48	2.547
Outros equipamentos	240	–	18	–	–	258
Imobilizado em andamento	688	–	443	–	(694)	437
Total do custo	**31.418**	**304**	**2.245**	**(462)**	**–**	**33.505**
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias	(1.677)	–	(1.314)	(23)	–	(3.014)
Edificações	(145)	–	(145)	–	–	(290)
Máquinas e equipamentos	(490)	(4)	(32)	–	–	(526)
Móveis e utensílios	(864)	(56)	(173)	–	–	(1.093)
Instalações	(676)	(124)	(128)	–	–	(928)
Veículos	(438)	–	(186)	162	–	(462)
Equipamentos de informática	(1.687)	(28)	(168)	–	–	(1.883)
Outros equipamentos	(38)	–	(32)	–	–	(70)
Total da depreciação	**(6.015)**	**(212)**	**(2.178)**	**139**	**–**	**(8.266)**
Valor líquido	**25.403**	**92**	**67**	**(323)**	**–**	**25.239**

Companhia (BR-GAAP)

	2010	Provisão para "impairment"	Adições	Baixas	Transferência	2011
Custo:						
Terrenos	11.495	–	–	–	–	11.495
Benfeitorias	7.489	(1.003)	2.506	(29)	409	9.372
Edificações	5.347	–	479	(479)	146	5.493
Máquinas e equipamentos	762	–	230	(50)	(125)	817
Móveis e utensílios	2.463	–	600	–	47	3.110
Instalações	1.639	–	161	–	(18)	1.782
Veículos	1.068	–	26	–	(33)	1.061
Equipamentos de informática	2.547	–	1.236	(40)	(68)	3.675
Outros equipamentos	258	–	18	–	–	276
Imobilizado em andamento	437	–	300	–	(358)	379
Total do custo	**33.505**	**(1.003)**	**5.556**	**(598)**	**–**	**37.460**
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias	(3.014)	–	(716)	–	(78)	(3.808)
Edificações	(290)	–	(146)	–	(149)	(585)
Máquinas e equipamentos	(526)	–	(38)	–	110	(454)
Móveis e utensílios	(1.093)	–	(294)	–	177	(1.210)
Instalações	(928)	–	(127)	–	–	(1.055)
Veículos	(462)	–	(158)	–	–	(620)
Equipamentos de informática	(1.883)	–	(335)	–	(60)	(2.278)
Outros equipamentos	(70)	–	(26)	–	–	(96)
Total da depreciação	**(8.266)**	**–**	**(1.840)**	**–**	**–**	**(10.106)**
Valor líquido	**25.239**	**(1.003)**	**3.716**	**(598)**	**–**	**27.354**

Consolidado (BR-GAAP e IFRS)

	2009	Baixa por descontinuidade	Adições	Baixas	Transferência	2010
Custo:						
Terrenos	11.495	–	–	–	–	11.495
Benfeitorias	7.445	(357)	1.358	(300)	646	8.792
Edificações	5.347	–	–	–	–	5.347
Máquinas e equipamentos	1.039	(28)	52	(2)	–	1.061
Móveis e utensílios	2.609	(71)	496	–	–	3.034
Instalações	1.593	(4)	81	–	–	1.670
Veículos	1.092	–	179	(162)	–	1.109
Equipamentos de informática	2.727	(9)	287	(30)	48	3.023
Outros equipamentos	241	–	18	(1)	–	258
Imobilizado em andamento	688	–	443	–	(694)	437
Total do custo	**34.276**	**(469)**	**2.914**	**(495)**	**–**	**36.226**
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias	(2.127)	23	(1.485)	41	–	(3.548)
Edificações	(145)	–	(145)	–	–	(290)
Máquinas e equipamentos	(570)	5	(62)	25	–	(602)
Móveis e utensílios	(1.028)	10	(230)	5	–	(1.243)
Instalações	(831)	1	(131)	–	–	(961)
Veículos	(438)	–	(192)	162	–	(468)
Equipamentos de informática	(1.956)	3	(257)	30	–	(2.180)
Outros equipamentos	(39)	–	(32)	1	–	(70)
Total da depreciação	**(7.134)**	**42**	**(2.534)**	**264**	**–**	**(9.362)**
Valor líquido	**27.142**	**(427)**	**380**	**(231)**	**–**	**26.864**

continua

	Consolidado (BR-GAAP e IFRS)								
	2010	Baixa por descontinuidade	Aquisição VR	Aquisição CDM	Provisão para "impairment"	Adições	Baixas	Transf.	2011
Custo:									
Terrenos	11.495	–	–	–	–	–			11.495
Benfeitorias	8.792	(362)	10.621	29.257	(1.003)	3.801	(158)	278	51.226
Edificações	5.347	–	–	–	–	479	(479)	146	5.493
Máquinas e equipamentos	1.061	–	135	4.941	–	319	(310)	(125)	6.021
Móveis e utensílios	3.034	(670)	372	11.712	–	794	–	260	15.502
Instalações	1.670		–	25	–	162	–	(18)	1.839
Veículos	1.109	–	–	–	–	26	–	(33)	1.102
Equipamentos de informática	3.023	(541)	166	4.351	–	1.570	(49)	(150)	8.370
Outros equipamentos	258	–	–	–	–	20	–	–	278
Imobilizado em andamento	437	–	–	549	–	1.108	(808)	(358)	928
Total do custo	**36.226**	**(1.573)**	**11.294**	**50.835**	**(1.003)**	**8.279**	**(1.804)**	**–**	**102.254**
Depreciação acumulada:									
Benfeitorias	(3.548)	79	(1.208)	(1.077)	–	(3.157)	131	69	(8.711)
Edificações	(290)	–	–	–	–	(146)	–	(149)	(585)
Máquinas e equipamentos	(602)	–	(16)	(2.900)	–	(100)	80	128	(3.410)
Móveis e utensílios	(1.243)	191	(39)	(4.022)	–	(442)	1	99	(5.455)
Instalações	(961)	–	–	(165)	–	(130)	1	29	(1.226)
Veículos	(468)	–	–	–	–	(166)	–	–	(634)
Equipamentos de informática	(2.180)	349	(53)	(2.885)	–	(482)	2	(176)	(5.425)
Outros equipamentos	(70)	–	–	–	–	(26)	–	–	(96)
Total da depreciação	**(9.362)**	**619**	**(1.316)**	**(11.049)**	**–**	**(4.649)**	**215**	**–**	**(25.542)**
Valor líquido	**26.864**	**(954)**	**9.978**	**39.786**	**(1.003)**	**3.630**	**(1.589)**	**–**	**76.712**

Avaliação do valor recuperável: Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito nas notas explicativas nº-3 e nº-4. Durante o exercício de 2011, a Companhia aplicou testes para identificação de fatores que pudessem levar à necessidade de revisar o valor recuperável das instalações da Matriz, do Centro de Distribuição e de cada uma de suas lojas. Essas análises levaram em conta o atual nível de rentabilidade de cada uma das lojas, além de fatores específicos ao segmento de moda. A revisão resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R$1.033, reconhecida no resultado. Esses ativos são utilizados nos segmentos reportáveis da marca "Ellus" e são representados por lojas "2nd floor". O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. Não foi realizada a avaliação da perda por redução ao valor recuperável em 2010, uma vez que não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável naquela data. Ativos cedidos em garantia: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui ativos cedidos em garantia para empréstimos e/ou processos judiciais.

15. INTANGÍVEL

		Companhia (BR GAAP)					
		2011			2010		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direitos de uso de ponto comercial	(*)	5.852	(2.676)	3.176	5.631	(2.215)	3.416
Software	20	1.600	(707)	893	886	(554)	332
Marcas e patentes	–	–	–	–	16	(16)	–
Total		**7.452**	**(3.383)**	**4.069**	**6.533**	**(2.785)**	**3.748**

		Consolidado (BR GAAP e IFRS)					
		2011			2010		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direitos de uso de ponto comercial	(*)	29.694	(4.816)	34.878	6.400	(2.820)	3.580
Software	20	2.289	(1.277)	1.012	1.035	(596)	439
Marcas e patentes	–	139.058	–	139.058	204	(16)	188
Total		**171.041**	**(6.093)**	**164.948**	**7.639**	**(3.432)**	**4.207**

(*) Os direitos de uso são valores pagos a shopping center para instalação das lojas, cujo valor é amortizado de acordo com o período do contrato de locação da referida loja, em dez anos, considerando um período de renovação automática. As alterações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Companhia (BR GAAP)						
	2009	Adições	Baixas	2010	Adições	Baixas	2011
Custo:							
Direitos de uso de ponto comercial	5.732	266	(367)	5.631	284	(63)	5.852
Software	827	59	–	886	714	–	1.600
Marcas e patentes	16	–	–	16	–	(16)	–
Total do custo	**6.575**	**325**	**(367)**	**6.533**	**998**	**(79)**	**7.452**
Amortização acumulada:							
Direitos de uso de ponto comercial	(1.673)	(542)	–	(2.215)	(523)	62	(2.676)
Software	(440)	(114)	–	(554)	(153)	–	(707)
Marcas e patentes	(16)	–	–	(16)	–	16	–
Total da amortização	**(2.129)**	**(656)**	**–**	**(2.785)**	**(676)**	**78**	**(3.383)**
Valor líquido	**4.446**	**(331)**	**(367)**	**3.748**	**322**	**(1)**	**4.069**

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)				
	2009	Baixa por descontinuidade	Adições	Baixas	2010
Custo:					
Direitos de uso de ponto comercial	7.106	–	266	(972)	6.400
Software	982	(17)	59	11	1.035
Marcas e patentes	204	–	–	–	204
Total do custo	**8.292**	**(17)**	**325**	**(961)**	**7.639**
Amortização acumulada:					
Direitos de uso de ponto comercial	(2.877)	–	(547)	604	(2.820)
Software	(458)	5	(137)	(6)	(596)
Marcas e patentes	(16)	–	–	–	(16)
Total da amortização	**(3.351)**	**5**	**(684)**	**598**	**(3.432)**
Valor líquido	**4.941**	**(12)**	**(359)**	**(363)**	**4.207**

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)									
			Aquisição VR		Aquisição CDM					
	2010	Baixa por descontinuidade	Ativos assumidos	Mais-valia VR	Ativos assumidos	Mais-valia CDM	Adições	Baixas	Transferência	2011
Custo:										
Direitos de uso de infraestrutura	6.400	–	1.266	1.225	18.622	1.009	1.835	(63)	(600)	29.694
Software	1.035	(223)	–	–	627	–	829	(13)	34	2.289
Marcas e patentes	204	(39)	5.003	30.779	8.952	94.180	–	(21)	–	139.058
Total do custo	**7.639**	**(262)**	**6.269**	**32.004**	**28.201**	**95.189**	**2.664**	**(97)**	**(566)**	**171.041**
Amortização acumulada:										
Direitos de uso de infraestrutura	(2.820)	–	(21)	(115)	(1.507)	–	(955)	2	600	(4.816)
Software	(596)	70	–	–	(548)	–	(169)	–	(34)	(1.277)
Marcas e patentes	(16)	–	–	–	–	–	–	16	–	–
Total da amortização	**(3.432)**	**70**	**(21)**	**(115)**	**(2.055)**	**–**	**(1.124)**	**18**	**566**	**(6.093)**
Valor líquido	**4.207**	**(192)**	**6.248**	**31.889**	**26.146**	**95.189**	**1.540**	**(79)**	**–**	**164.948**

16. ÁGIO

		Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	Data de aquisição	2011	2010	2011	2010
Ágio na aquisição de empresa:					
Luminosidade	14/08/08	–	30.435	–	30.435
CDM	28/11/11	–	–	128.540	–
VR Indústria	31/03/11	–	–	61.686	–
Total		**–**	**30.435**	**190.226**	**30.435**

As alterações registradas na rubrica "Ágio" foram as seguintes:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Saldos no início do exercício	30.435	30.435	30.435	30.435
Adição de ágio - CDM	–	–	128.540	–
Adição de ágio - VR Indústria	–	–	61.686	–
Provisão para perdas	(24.450)	–	(24.450)	–
Reclassificação para operação descontinuada	(5.985)	–	(5.985)	–
Saldos no fim do exercício	**–**	**30.435**	**190.226**	**30.435**

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa: Antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, o valor contábil do ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes unidades geradoras de caixa:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Conteúdo (Luminosidade)	–	30.435	–	30.435
Richards	–	–	108.268	–
Salinas	–	–	18.192	–
Bintang	–	–	2.080	–
VR Indústria	–	–	61.686	–
	–	**30.435**	**190.226**	**30.435**

Segmento de conteúdo: Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b), a Companhia aprovou a disponibilização para venda da controlada Luminosidade, bem como decidiu descontinuar o segmento de conteúdo, visando focar apenas o comércio de vestuário através de suas marcas. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2011, o ágio apurado na aquisição da Luminosidade foi provisionado no valor de R$24.450 e o saldo remanescente de R$5.985 foi reclassificado para a rubrica "Ativos classificados como mantidos para venda", em conjunto com os demais ativos, líquido dos passivos deste segmento. Vide nota explicativa nº 32. VR Indústria: valor recuperável dessa unidade foi determinado com base em estudo de empresa especializada e a partir do fluxo de caixa de líquido projetado para os próximos cinco anos, com base em um cenário conservador, considerando perpetuidade de 4,5% na projeção e taxa de desconto real e 14,3% ao ano. As projeções dos fluxos de caixa para o exercício, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão suportadas por laudo emitido por empresa especializada, cujas principais premissas são: • Receitas: projetadas de 2012 a 2016 em linha com histórico de crescimento da unidade geradora de caixa aliado à expansão das vendas no atacado, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos. • Custos e Despesas Operacionais: projetados com base no desempenho histórico da referida unidade e no crescimento estimado das receitas. • Investimentos Fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação. • Investimentos em Capital de Giro: projetados com base no desempenho histórico da unidade geradora de caixa e no crescimento das receitas. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram baixas do ágio ao resultado. Richards, Salinas e Bintang: O valor recuperável dessas unidades foi determinado de acordo com um estudo de empresa especializada e a partir do fluxo de caixa de líquido projetado para os próximos cinco anos, com base em um cenário conservador, considerando perpetuidade de 3,1% na projeção e taxa de desconto real de 9,3% ao ano. As projeções dos fluxos de caixa para o exercício, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão suportadas por laudo emitido por empresa especializada, cujas principais premissas são: • Receitas: projetadas de 2012 a 2016 em linha com histórico de crescimento das unidades geradoras de caixa, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos. • Custos e Despesas Operacionais: projetados com base no desempenho histórico das referidas unidades em relação à receita líquida, considerando o crescimento estimado das receitas. • Investimentos Fixos: as projeções de investimentos fixos visam à manutenção do imobilizado contabilizado. • Investimentos em Capital de Giro: considerado capital de giro de 34,6% com base no balanço na data-base de aquisição. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,0%, que corresponde à taxa prevista de inflação. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das referidas unidades. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram baixas do ágio ao resultado.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Garantias	2011	2010	2011	2010
Capital de giro:							
Banco Indusval	1,22% ao mês.	03/2012		–	–	15.333	–
Bradesco	CDI+0,30% ao ano	01/2012		–	–	10.046	–
Citibank	CDI + 0,38% ao ano	01/2012	Aval dos sócios e duplicatas	–	–	3.947	–
HSBC	CDI + 0,40% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	4.636	–
Itaú	CDI + 0,50% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	45.738	50
Santander (Real)	1,23% ao mês.	03/2012	-	–	–	16.108	–
Santander (Real)	CDI+0,50% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	15.764	–
Itaú BBA	CDI+0,27% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	2.520	–	2.520	–
Itaú BBA	CDI+2,6% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	2.075	–	2.075	–
Itaú BBA	CDI+3,15% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	5.082	–	5.082	–
Contrato de mútuo -							
BR Labels (a)	TJLP+5,4% ao ano	07/2012	Aval dos sócios	–	–	3.560	–
Conta garantida:							
Bradesco	CDI + 0,50% ao ano	01/2012	Recebíveis cartões	–	–	5.756	–
HSBC	CDI + 0,50% ao ano	01/2012	Recebíveis cartões	–	–	28.437	–
Arrendamento mercantil:							
Banco HP	CDI + 0,49% ao ano	10/2012	Estoques	–	–	53	–
HSBC	CDI + 0,61% ao ano	01/2012 a 07/2013	Aval dos sócios	–	6	154	6
Safra	CDI + 0,50% ao ano	07/2013	Aval dos sócios	–	–	43	–
HSBC	CDI + 1,33% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	214	–
Financiamento de importação:							
HSBC	Libor + 0,17% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	15.436	–
Bradesco	Libor + 0,17% ao ano	01/2012	Aval dos sócios	–	–	177	–
Financiamento com shopping	(*)	02/2011 a 09/2015	Aval dos sócios	–	–	6.953	–
Total				**9.677**	**6**	**182.032**	**56**
Curto prazo				9.677	6	177.808	56
Longo prazo				–	–	4.224	–
Total				**9.677**	**6**	**182.032**	**56**

(*) Encargos calculados com base em percentual de faturamento nas unidades ou parcelas fixas. (a) Empréstimo tomado no Banco do Brasil, anteriormente pela BR Labels (ex-acionista da VR Indústria), sendo tal recurso transferido à VR Indústria quando da reorganização societária. Em virtude da impossibilidade de transferir a titularidade da dívida para o nome da VR Indústria, em 22 de fevereiro de 2011 foi celebrado contrato dessa dívida com a BR Labels, com remuneração vinculada à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de taxa de juros de 5,4% ao ano, com amortizações mensais até o vencimento em 15 de julho de 2012. Debêntures: Em reunião da AGE e em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizadas em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais fidejussória e real, em série única da Companhia, no valor de R$250.000, as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476/09. Os recursos captados serão destinados a: (a) alongamento do passivo atual da Companhia e de empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Companhia; (b) pagamento de aquisições realizadas pela Companhia; e (c) reforço do capital de giro da Companhia, inclusive para fins de pagamento de futuras aquisições, e empresas que sejam, nos termos da lei, coligadas ou controladas da Companhia. As características e condições da emissão da debênture são:

Descrição	1ª emissão
Emissora	Inbrands S.A.
Garantidora	Companhia de Marcas
Coordenador líder	Banco Itaú BBA S.A.
Título	Debênture em regime de garantia firme de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476, de janeiro de 2009
Valor de emissão	R$250.000
Destinação dos recursos	Alongamento de dívida, pagamento de aquisições e reforço de capital de giro
Espécie	Quirografária
Garantias	Fidejussória e real (recebíveis de cartões de crédito)
Séries	Série única
Regime de colocação	Garantia firme no volume total de até R$250.000.
Valor nominal unitário	R$1.000
Data de emissão	22 de dezembro de 2011
Prazo	5 anos a contar da data de emissão
Forma de amortização	Escalonada da seguinte forma: 22 de junho e 22 de dezembro de 2013 - 10,00% 22 de junho e 22 de dezembro de 2014 - 20,00% 22 de junho e 22 de dezembro de 2015 - 30,00% 22 de junho e 22 de dezembro de 2016 - 40,00%
Remuneração	100% da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI Over "Extra Grupo"), apurada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescida de um "spread" de 3,25% ao ano.
Pagamento da remuneração	Pagamento de juros remuneratórios em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, sendo a primeira parcela devida no 6º mês contado da data de emissão.

As debêntures serão subscritas a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 476/09. Até 31 de dezembro de 2011, não ocorreu subscrição dessas debêntures.

18. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Salários a pagar	1.459	967	1.703	1.202
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	284	219	979	270
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	937	762	3.882	1.096
Provisão de férias e encargos	3.637	2.547	10.726	3.246
Provisão para indenização (nota explicativa nº 1.c))	1.738	–	5.858	–
Outros	111	58	322	62
Total	**8.166**	**4.553**	**23.470**	**5.876**

19. IMPOSTOS A RECOLHER

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	2.684	3.038	15.233	3.093
IRRF	567	291	1.619	377
PIS	208	184	1.413	249
COFINS	920	847	6.388	1.207
IOF	351	–	3.974	2
ISS	31	4	1.408	226
Outros	174	52	2.244	341
Total	**4.935**	**4.416**	**32.279**	**5.495**

20. CONTAS A PAGAR

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Aquisição de Luminosidade (*)	–	5.274	–	5.274
Ajuste de preço de Luminosidade (*)	–	1.366	–	1.366
Aquisição da A.H. Confecções (nota explicativa nº 13.(a))	–	–	3.447	3.994
Aquisição da VR Holding (nota explicativa nº 5.2.c))	–	–	46.896	–
Ponto comercial	–	690	–	690
Serviços prestados a pagar	1.847	351	5.639	499
Receita diferida em contratos com shopping	543	–	543	–
Operações "Non-Deliverable Forward - NDF"	–	34	780	34
Outras contas a pagar	1.399	1.662	4.853	2.032
	3.789	**9.377**	**62.158**	**13.889**
Passivo circulante	3.789	5.062	59.479	6.214
Passivo não circulante	–	4.315	2.679	7.675
	3.789	**9.377**	**62.158**	**13.889**

(*) Em 31 de agosto de 2008, a Eventos adquiriu 75% do capital social da Luminosidade; do preço de aquisição das ações da sociedade, R$6.427 foram retidos e serão pagos corrigidos monetariamente pelo CDI. Com a incorporação reversa da Eventos pela sua controlada Luminosidade, o passivo anteriormente devido pela Eventos foi assumido pela Companhia, sendo em 31 de dezembro de 2011 o valor devido de R$4.049. Adicionalmente, o contrato de aquisição da Luminosidade previa ajuste do preço de compra da sociedade, calculado com base no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" efetivo das operações dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, com pagamento no ano seguinte ao da apuração. Dessa forma, a Administração calculou o valor devido com base nos resultados projetados e efetivos e registrou o passivo de R$1.991 na data de aquisição, sendo em 31 de dezembro de 2011 o valor devido remanescente de R$707. Em 31 de dezembro de 2011, considerando a decisão da Companhia em descontinuar essa operação e, consequentemente, alienar a Luminosidade, o valor devido total de R$4.756 foi transferido para a rubrica "Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda", os quais serão repassados na conclusão da transação de alienação.

21. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010
IRPJ (b)	74	2.524
IRPJ - Parcelamento Espontâneo (a)	1.034	–
CSLL (b)	32	786
CSLL - Parcelamento Espontâneo (a)	522	–
COFINS (b)	21	49
PIS/COFINS - Parcelamento Espontâneo (a)	8.114	–
INSS - Parcelamento Espontâneo (a)	5.785	–
REFIS IV (a)	8.401	–
ICMS (c)	1.396	158
Outros	221	1
Total	**25.600**	**3.518**
Passivo circulante	8.109	1.286
Passivo não circulante	17.491	2.232
Total	**25.600**	**3.518**

(a) A controlada direta CDM e as controladas indiretas RF Participações, SLN Indústria e SLN Licenciamentos possuíam débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC. Durante 2010, as referidas controladas aderiram ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 180 meses. (b) Em 2008, as controladas Luminosidade e A.H. Confecções possuíam débitos fiscais parcelados de acordo com a Lei nº 10.522/02, relativos a IRPJ e CSLL, corrigidos mensalmente pela TJLP. Em novembro de 2009, as referidas controladas aderiram ao parcelamento de débitos fiscais (REFIS) previsto na Lei nº 11.941/09, optando por liquidar esses débitos fiscais em até 46 meses. Tendo em vista a descontinuidade do segmento de conteúdo comentado na nota explicativa nº 1.c), representado pela controlada Luminosidade, o saldo de R$1.969 referente a esse parcelamento foi reclassificado para a conta "Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda". A controlada A.H. Confecções aderiu a parcelamentos de débitos estaduais no montante de R$122 com o Governo do Estado de São Paulo e de R$35 com o Governo do Distrito Federal. As controladas direta CDM e indireta SLN Indústria também possuem parcelamentos de ICMS com o Governo do Rio de Janeiro, no montante de R$1.239. O pagamento das parcelas na data do vencimento é condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados. Com base na lei, a opção exercida propiciou um desconto de 100% sobre a multa e os encargos sociais e 40% sobre os juros, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
Descrição	2011	2010
Saldo no início do exercício	3.518	4.156
Atualização monetária - TJLP	530	363
Baixa de valor - consolidação dos débitos pela Receita Federal	(107)	–
Descontinuidade do segmento de conteúdo (Luminosidade)	(3.518)	–
Saldo originado no balanço de aquisição da CDM	25.931	–
Pagamentos efetuados	(754)	(1.001)
Saldo no fim do exercício	**25.600**	**3.518**

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital social: Conforme alteração contratual realizada em 10 de junho de 2010, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$212, com a emissão de 780.373 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pelo acionista Richards, mediante a conferência de 2.042.965 ações representativas de 10% do capital social da CDM. Esse aumento de capital está vinculado ao processo de aquisição da CDM, cujo valor justo da contraprestação recebida foi mensurado em R$9.497, sendo registrada a alocação desse valor nos ativos adquiridos e passivos assumidos, além do valor residual do ágio, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.a). Tal valor foi registrado em contrapartida à reserva de ágio, cuja aprovação ocorreu em AGE realizada em 20 de abril de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia, no montante de R$265.446 (R$205.304 em 2010), estava representado por 92.034.192 ações (78.037.324 em 2010, após desdobramento de ações na proporção de quatro novas ações ordinárias para cada ação ordinária existente, sem alteração no valor do capital social da Companhia, aprovada em AGE realizada no dia 13 de junho de 2011), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuídas conforme segue:

	2010	Incorporação da Arapiles RJ (a)	Migração dos sócios Richards (b)	2011
NABR	36.521.976	–	–	36.521.976
PCP	37.457.904	–	–	37.457.904
Nelson Alvarenga	795.544	–	–	795.544
Américo Rodrigues	140.392	–	–	140.392
Richards	3.121.492	(3.121.492)	–	–
Ricardo Dias da Cruz Affonso Ferreira	–	2.129.056	6.498.296	8.627.352
Frederico Derzié Luz	–	567.036	3.549.866	4.116.902
Glória Maria Miranda Marques	–	63.696	714.819	778.515
Carlos André de Laurentis	–	45.088	659.569	704.657
Paulo Sérgio de Brito Rodrigues	–	130.000	778.529	908.529
Antônio Fernando Rezende de Biase	–	71.592	399.185	470.777
Jacqueline Oliveira de Biase	–	71.592	399.185	470.777
Cassiano Lemos da Cunha	–	10.400	134.376	144.776
Flávio dos Santos de Nijs	–	6.832	68.508	75.340
Sérgio Augusto Villaça Villas Boas	–	26.200	195.394	221.594
G5	–	–	599.141	599.141
Pedro Barcellos Janot Marinho	8	–	–	8
Gilberto Sayão da Silva	4	–	–	4
Alessandro Monteiro Morgado Horta	4	–	–	4
	78.037.324	**–**	**13.996.868**	**92.034.192**

(a) Em AGE realizada no dia 30 de maio de 2011, foi incorporada a empresa Arapiles RJ Participações Ltda. ("Arapiles"), a qual detinha participação de 4% no capital social da Companhia, anteriormente detida pela Richards. Tal incorporação teve por objetivo transferir aos acionistas as participações diretas na Companhia, sem modificar o número de ações. (b) No contexto de migração dos sócios da Richards para a Companhia e, consequentemente, compra definitiva da CDM e controladas, em AGE realizada no dia 28 de novembro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$60.142, passando o capital social para R$265.446, mediante a emissão de 13.996.868 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios da Richards mediante a conferência de 66.152.570 ações representativas de 55,11% do capital social da Moda Rio, conforme apurado em laudo de avaliação de empresa especializada. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia: • A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. • A Companhia não poderá emitir ações preferenciais. • É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. A Companhia poderá promover: (i) o aumento de quaisquer classes ou espécies de ações existentes ou ainda a criação de novas classes de ações preferenciais, ainda que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, sem guardar proporção com as demais classes e espécies; (ii) a emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações; e (iii) a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações. b) Reserva especial de ágio: O valor de R$45.157 (R$45.157 em 2010) registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" é constituído por: • R$7.589 (R$7.589 em 2010) referentes à destinação do aumento de capital realizado com participação detida na Propag. • R$9.497 (R$9.497 em 2010) referentes ao ágio registrado na emissão de ações para aquisição de 10% da CDM. • R$28.071 (R$28.071 em 2010) decorrentes da incorporação reversa da controladora Cristalys em 31 de agosto de 2008, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução CVM nº 349/01, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, e as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador. c) Reserva legal: Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social. d) Política de distribuição de lucros: A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu Estatuto Social, bem como à Lei das Sociedades Anônimas, o qual contém as seguintes destinações: • 5% para reserva legal. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências). O valor destacado a título de distribuição de dividendos é como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	–	21.098
Constituição da reserva legal (5%)	–	(1.055)
Base de cálculo dos dividendos	–	20.043
Dividendos obrigatórios - 25%	–	5.011
Dividendos por ação - R$	**–**	**0,0642**

Os dividendos adicionais propostos pela Administração da Companhia no valor de R$2.046, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 10 de junho de 2011. e) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2010, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R$15.032. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia incorreu em prejuízos no valor de R$20.666, os quais serão integralmente absorvidos pelas reservas de lucros, cuja destinação será aprovada em Assembleia Geral Ordinária. f) Reserva para plano de opção de compra de ações: Em 15 de abril de 2011, o Comitê de Remuneração, criado em AGE realizada em 18 de março de 2011, aprovou as condições e os beneficiários do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, outorgando opções de compra de 1.133.888 ações ordinárias de emissão da Companhia a seis administradores e funcionários. O preço de exercício fixado é de R$18,48 por ação, sujeito à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acrescido de 6% ao ano, com carência para livre negociação após três anos da data de outorga das opções. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração. Em decorrência do desdobramento de ações da Companhia ocorrida em 13 de junho de 2011, o Comitê de Remuneração, em reunião realizada em 13 de junho de 2011, alterou o número e o preço de exercício das opções, passando a 4.535.552 ações ao preço de exercício de R$4,62 por ação, mantendo-se os beneficiários previamente aprovados. Em 13 de junho de 2011, o Comitê de Remuneração também aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações, outorgando 1.457.856 ações ao preço de R$4,62 a três administradores e funcionários da Companhia, mantendo-se as mesmas condições descritas no Primeiro Programa. Com a condição de permanecer na Companhia a cada período de 12 meses a partir de 15 de abril de 2011, o participante do programa adquirirá o direito de exercer não mais do que 1/3 das opções. Não há outras condições para exercício das opções. Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante do programa em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos contados a partir de 15 de abril de 2011. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem terão direito de voto nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e plano	No exercício findo em 31/12/11	Valores a registrar em exercícios futuros
15 de abril de 2011 - 1º Plano	8.193	10.573
13 de junho de 2011 - 2º Plano	2.003	3.923
	10.196	**14.496**

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Plano	2º Plano
Data da outorga	15/04/2011	13/06/2011
Início do prazo de exercício das opções	15/04/2012	13/06/2012
Término do prazo de exercício das opções	15/04/2015	13/06/2015
Taxa de juros livre de risco	12,75%	12,75%
Número de administradores e funcionários elegíveis	6	3
Preço fixado - R$	4,62	4,62
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	4.535.552	1.457.856
Valor justo da opção na data da outorga - por opção (R$)	4,02 a 4,17	3,94 a 4,12
Valor da opção para o semestre, corrigido pelo IPCA até 31 de dezembro de 2011 (R$)	5,91	5,91

g) Participação não controladora

	2011	2010
Saldos no início do exercício	(1.328)	(1.416)
Participação no resultado do exercício	1.152	(183)
Efeito na aquisição de participação não controladora	(40)	1.612
Operação descontinuada (controlada Luminosidade)	1.445	–
Distribuição de dividendos - controlada indireta Propag	(1.209)	(1.341)
Saldos no fim do exercício	**20**	**(1.328)**

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Venda a atacado - mercado interno	119.677	81.313	266.118	81.760
Venda a atacado - mercado externo	789	865	1.063	1.127
Venda a varejo - mercado interno	96.596	78.506	146.585	82.267
Receita de venda de mercadorias	**217.062**	**160.684**	**413.766**	**165.154**
Consultoria e licenciamento	522	1.414	2.288	3.510
Patrocínio para eventos	–	–	2.013	2.511
Acordos de exclusividade	–	–	42.223	35.804
"Royalties"	524	324	8.951	5.776
Receita de prestação de serviços	**1.046**	**1.738**	**55.475**	**47.601**
Devoluções, cancelamentos e descontos	**(14.271)**	**(11.041)**	**(30.905)**	**(12.825)**
Receita líquida de devoluções	203.837	151.381	438.336	199.930
Tributos municipais	(69)	(71)	(835)	(328)
Tributos estaduais	(28.438)	(21.300)	(53.118)	(22.136)
Tributos federais	(19.076)	(14.042)	(38.702)	(15.943)
Deduções	**(47.583)**	**(35.413)**	**(92.655)**	**(38.407)**
Receita operacional líquida	**156.254**	**115.968**	**345.681**	**161.523**

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	(62.173)	(44.130)	(126.461)	(46.389)
Realização de mais-valia nos estoques - VR e CDM	–	–	(3.427)	–
Despesa com pessoal e encargos	(45.213)	(34.570)	(78.267)	(40.542)
Plano de opção de ações (nota explicativa nº 22.f))	(10.196)	–	(10.196)	–
Provisão para indenizações (nota explicativa nº 1.c))	(1.738)	–	(2.288)	–
Despesa com ocupação e manutenção predial	(4.195)	(2.639)	(5.813)	(2.982)
Despesa com aluguel	(7.790)	(6.741)	(11.448)	(7.448)
Propaganda e publicidade	(4.682)	(1.140)	(10.537)	(4.057)
Condomínio e fundos de promoção	(5.812)	(5.227)	(8.622)	(5.371)
Comissões sobre venda	(6.143)	(5.041)	(11.389)	(7.627)
Infraestrutura de tecnologia	(3.273)	(918)	(3.746)	(974)
Logística e distribuição	(4.953)	(2.075)	(8.493)	(2.086)
Taxas, impostos e contribuições	(1.384)	(933)	(1.427)	(1.145)
Serviço de segurança e limpeza	(1.202)	(1.040)	(1.488)	(1.063)
Material de consumo	(2.172)	(1.620)	(2.517)	(1.751)
Serviços contratados diversos	(6.075)	(6.564)	(8.625)	(9.301)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(3.525)	(2.966)	(5.930)	(3.372)
Assessoria jurídica e contábil	(2.199)	(2.167)	(2.960)	(2.629)
Viagem e transporte	(2.921)	(2.145)	(4.972)	(2.586)
Outras despesas	(2.351)	(2.440)	(10.655)	(2.813)
Total	**(177.997)**	**(122.356)**	**(319.261)**	**(142.136)**
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	(62.173)	(44.130)	(129.888)	(46.389)
Despesas com vendas	(55.571)	(39.891)	(107.554)	(49.726)
Despesas gerais e administrativas	(60.253)	(38.335)	(81.819)	(46.021)
Total	**(177.997)**	**(122.356)**	**(319.261)**	**(142.136)**

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com oferta inicial de ações (*)	(10.541)	–	(10.541)	–
Provisão para perdas em investimento em coligada - nota explicativa nº 13	–	–	–	(1.071)
Resultado na venda de imobilizado	–	164	(2)	174
Provisão para imobilizado ("impairment") - nota explicativa nº 14	(1.003)	–	(1.003)	–
Patrocínio	–	–	–	288
Receita de multa por quebra contratual	–	–	–	900
Outras receitas (despesas), líquidas	(462)	477	(1.384)	(653)
Total	**(12.006)**	**641**	**(12.930)**	**(362)**

(*) Na preparação do processo de oferta pública inicial de ações (IPO), a Companhia incorreu em despesas, como comissão de coordenação, despesas com advogados e assessores jurídicos, despesas com publicidade da oferta, despesas com auditoria externa, custos com "roadshow", taxa de registro

continua

INBRANDS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 09.054.385/0001-44

na CVM, prestação de serviços de relações com investidores e montagem de "website" com informações para investidores, as quais totalizaram R$10.541. Tendo em vista que a Companhia suspendeu temporariamente o processo de abertura de capital e optou, neste momento, por realizar a emissão pública de debêntures descrita na nota explicativa nº 17, o valor que estava registrado em conta de ativo foi integralmente baixado ao resultado do exercício, conforme definido no CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, em virtude da indefinição da retomada do processo de IPO. **26. RESULTADO FINANCEIRO**

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Despesas financeiras:				
Despesas e tarifas bancárias	(966)	(646)	(3.123)	(1.264)
Juros passivos	(745)	(48)	(3.294)	(470)
Juros com mútuos passivos de partes relacionadas	(457)	(495)	(2)	–
Atualização monetária - ex-acionistas	–	–	(5.623)	–
Operações "Non-Deliverable Forward - NDF"	–	–	(780)	–
Outras despesas	(1.726)	(470)	(3.939)	(1.097)
Total	**(3.894)**	**(1.659)**	**(16.761)**	**(2.831)**
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	9.390	11.582	9.889	12.992
Juros ativos	638	560	1.296	878
Juros com mútuos ativos de partes relacionadas	1.501	773	1.501	773
Reversão de ajuste a valor presente	5.885	2.359	12.949	3.420
Descontos obtidos	201	110	301	275
Juros com empréstimos a partes relacionadas (nota explicativa nº 12)	–	–	7.150	3.767
Outras receitas	77	140	303	282
Total	**17.692**	**15.524**	**33.389**	**22.387**

27. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 135 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros (47 contratos em 2010), os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. As áreas de Logística e Administrativa da Companhia são mantidas em sede própria. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente à taxa média de 6,59% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período determinado com prazo de cinco anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguel totalizaram R$7.790 (R$6.741 em 2010) na Companhia e R$11.448 (R$7.455 em 2010) no Consolidado. O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - lojas", em 31 de dezembro de 2011, é de R$2.109 (R$1.359 em 2010) na Companhia e R$12.156 (R$1.452 em 2010) no Consolidado. Os compromissos futuros (consolidados) oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011, totalizam um montante mínimo de R$92.692 assim distribuídos:

Ano	Valor
2012	25.887
2013	23.313
2014	18.993
2015 a 2019	24.499
Total	**92.692**

28. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: Em 31 de dezembro de 2011, as controladas da Companhia possuíam certos processos de natureza trabalhista e cível cuja possibilidade de desfecho foi considerada desfavorável por seus assessores jurídicos, sendo:

Controladora (BR GAAP)	2010	Adições	Baixas	Atualização monetária	2011
Trabalhistas (a)	61	123	(35)	78	227
Cíveis	–	74	(19)	19	74
Tributários (b)	353	–	(353)	–	–
	414	**197**	**(407)**	**97**	**301**

Consolidado (BR GAAP e IFRS)	2010	Adições	Baixas	Baixa por descontinuidade	Atualização monetária	Aquisição da CDM: Riscos provisionados	Aquisição da CDM: Passivo contingente	2011
Trabalhistas (a)	312	2.150	(41)	(30)	85	9.882	1.339	13.697
Cíveis	–	88	–	–	2	57	72	219
Tributários (b)	353	176	(1.011)	–	187	14.485	2.414	16.604
	665	**2.414**	**(1.052)**	**(30)**	**274**	**24.424**	**3.825**	**30.520**

(a) A Companhia e suas controladas são partes passivas de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. A provisão também envolve diversos processos relacionados à discussão de verbas rescisórias e recolhimento previdenciário ao INSS e IRRF. (b) A provisão para riscos tributários é representada por riscos fiscais anteriormente provisionados pela CDM, que estão relacionados a discussões judiciais sobre ICMS, interpretações da legislação relacionadas à dedutibilidade de certas despesas para cálculo do IRPJ e da CSLL e tributação de certas receitas e aproveitamento de créditos para cálculo de PIS e COFINS. Processos possíveis. A Administração da Companhia e de suas controladas não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento no montante aproximado de R$1.638 (R$527 em 2010), para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível sendo:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Trabalhistas	644	644
Cíveis (a)	280	303
Tributários (b)	493	691
	1.417	**1.638**

(a) A Companhia é parte de processos relacionados a pedidos de indenização por quebra de cláusulas contratuais, movidos por lojistas multimarcas. (b) Os principais processos tributários são relacionados a autos de infração para cobrança de ICMS e de PIS/COFINS. Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida no processo movido pelo Município de São Paulo, referente à licença para funcionamento do imóvel onde se localiza a sede da Companhia. A Companhia teve seu Mandado de Segurança denegado, interpondo recurso de apelação, cuja antecipação de tutela restou concedida, atribuindo efeito suspensivo ao recurso de apelação. Depósitos judiciais

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Trabalhistas	75	43	1.202	43
Cíveis	–	–	193	–
Tributários	127	–	372	122
Total	**202**	**43**	**1.767**	**165**

29. RESULTADO POR AÇÃO: Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído, total e de operações continuadas.

	2011	**2010**
Numerador básico e diluído:		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro básico e diluído total por ação	(20.666)	21.098
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	28.307	955
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	7.641	22.053
Denominador básico e diluído:		
Ações disponíveis	92.034	78.037
Média ponderada das ações disponíveis	85.036	76.477
(Prejuízo) lucro líquido por ação básico - R$	(0,24303)	0,28836
(Prejuízo) lucro líquido por ação diluído - R$	(0,24119)	0,28836
Lucro líquido por ação básico das operações continuadas - R$	0,08986	0,27588
Lucro líquido por ação diluído das operações continuadas - R$	0,08918	0,27588

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados. a) Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), aplicações financeiras de curto prazo (notas explicativas nº 6 e nº 7) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 22). Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira. b) Práticas contábeis significativas. Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritos na nota explicativa nº 3. c) Categorias de instrumentos financeiros.

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011 Valor contábil	**2010 Valor contábil**	**2011 Valor contábil**	**2010 Valor contábil**
Ativos financeiros:				
Mantidos para negociação-				
Títulos e valores mobiliários	–	19.001	–	20.120
Mantidos até o vencimento-				
Títulos e valores mobiliários	37.496	–	37.496	–
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.366	104.917	19.412	123.421
Contas a receber de clientes	32.585	25.664	157.449	35.470
Total	**73.447**	**149.582**	**214.357**	**179.011**
Outros passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos	9.677	6	182.032	56
Fornecedores	3.633	3.152	33.127	3.638
Contas a pagar:				
Retenção de preço de aquisição - Luminosidade	–	5.274	–	5.274
Ajuste de preço - Luminosidade	–	1.366	–	1.366
Aquisição na participação da A.H. Confecções	–	–	3.447	3.994
Aquisição - VR Holding			46.896	
Parcelamento de impostos	–	–	25.600	3.518
Operações "Non-Deliverable Forward - NDF"	–	34	780	34
Total	**13.310**	**9.832**	**291.882**	**17.880**

A Companhia apresenta prazo médio de recebimento de 78 dias (60 dias em 2010) para vendas no atacado e 64 dias (67 dias em 2010) para vendas no varejo e prazo médio de pagamento de 20 dias. Os saldos das contas a receber estão ajustados a valor presente em cada data de relatório, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8; dessa forma, a Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no fim de cada período de relatório. O saldo da rubrica "Empréstimos" é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 17) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada período de relatório está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. d) Riscos financeiros. As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado (juros e câmbio), risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. e) Gestão do risco de taxa de juros. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados. Análise de sensibilidade da taxa de juros. A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos ativos e passivos com taxas pós-fixadas e foi preparada assumindo que o valor do ativo e do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período. Uma redução ou um aumento de 3% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 3% mais baixas/altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes e considerando que a Companhia apresenta uma posição de caixa líquido (aplicações financeiras em relação aos empréstimos tomados), o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 diminuiria/aumentaria em R$4.976 (R$6.167 em 2010). f) Gestão do risco de taxa de câmbio. As receitas da Companhia e de suas controladas são em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opções de compra de dólar norte-americano (NDF), utilizados somente como instrumento de proteção de valor, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizados em operações expostas a moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Companhia; entretanto, não designado como "hedge". Uma vez definida uma importação relevante, são tomados por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano. A partir de janeiro de 2010, foram realizadas operações com o Banco Itaú relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano, sem entrega física, conforme segue:

Tipo de contrato	Data do contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R$ Na data do Contrato	Taxa de câmbio - R$ Na data do Projetado	Valor de referência (US$ mil)	Ganho (perda) registrado (R$ mil)
Compra	20/04/11	02/01/12	1,7286	1,8857	70	(11)
Compra	20/04/11	10/01/12	1,7278	1,8778	180	(27)
Compra	20/04/11	11/01/12	1,7234	1,8936	47	(8)
Compra	20/04/11	12/01/12	1,7778	1,8889	9	(1)
Compra	20/04/11	16/01/12	1,7294	1,8824	170	(26)
Compra	20/04/11	17/01/12	1,7232	1,8705	224	(33)
Compra	20/04/11	23/01/12	1,7213	1,8689	61	(9)
Compra	20/04/11	27/01/12	1,7308	1,8846	52	(8)
Compra	20/04/11	30/01/12	1,7308	1,8846	26	(4)
Compra	30/06/11	10/02/12	1,6538	1,8462	26	(5)
Compra	30/06/11	24/02/12	1,7027	1,8919	37	(7)
Compra	30/06/11	29/02/12	1,6789	1,8729	299	(58)
Compra	30/06/11	05/03/12	1,6579	1,8684	38	(8)
Compra	30/06/11	12/03/12	1,6800	1,8743	175	(34)
Compra	30/06/11	09/04/12	1,6829	1,8780	164	(32)
Compra	30/03/11	13/01/12	1,8779	1,9747	2.408	(233)
Compra	04/04/11	03/01/12	1,7971	1,8857	70	(6)
Compra	04/04/11	11/01/12	1,8037	1,8763	1.180	(94)
Compra	04/04/11	12/01/12	1,8048	1,8936	47	(4)
Compra	04/04/11	13/01/12	1,8064	1,8889	9	(1)
Compra	04/04/11	17/01/12	1,8080	1,8824	170	(14)
Compra	04/04/11	18/01/12	1,8091	1,8789	223	(18)
Compra	04/04/11	23/01/12	1,8124	1,8689	61	(5)
Compra	16/05/11	09/03/12	1,8610	1,8758	1.900	(134)
Total					**7.646**	**(780)**

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 estão registrados pelo valor justo de R$780, registrado na rubrica "Contas a pagar" no passivo circulante (R$34 em 2010). g) Gestão de risco de crédito. As operações da Companhia e de suas controladas compreendem o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. As vendas são suportadas legalmente por pedidos de compra, contratos e outros instrumentos legais que venham a ser necessários. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. A Companhia apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$8.403 na Companhia e de R$12.457 no Consolidado (R$5.084 na Companhia e R$6.418 no Consolidado em 2010), para cobrir os riscos de crédito. h) Gerenciamento do risco de liquidez. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e suas controladas mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Consolidado (BR GAAP e IFRS) Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	33.127	–	–	33.127
Contas a pagar:				
Aquisição na participação da A.H. Confecções	768	1.687	992	3.447
Aquisição - VR Holding	46.896	–	–	46.896
Parcelamento de impostos	8.109	17.491	–	25.600
Empréstimos bancários e de shopping	177.808	3.182	1.042	182.032

i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08. A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais à Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I). • Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros. Risco de taxa de juros (*)

Operação	Risco	Valores em R$ mil: Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	Alta do CDI	1.339	1.673	2.008
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI	Alta do CDI	(5.335)	(6.668)	(8.002)
Resultado líquido		**(3.996)**	**(4.995)**	**(5.994)**

(*) Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos. Perda com taxas de câmbio recalculadas conforme os cenários anteriormente estabelecidos.

j) Linhas de financiamento

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	**2010**
Conta garantida e limite de crédito bancário:		
Utilizado	5.667	–
Não utilizado	183	2.150

k) Valor justo: Em 31 de dezembro de 2010, os títulos e valores mobiliários foram classificados como ativos financeiros mantidos para negociação e considerados de Nível 1 para cálculo do seu valor justo, apurado com base nas negociações em mercado ativo para instrumentos semelhantes, sendo os efeitos registrados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
Valor de mercado	20.120
Valor atualizado	20.225
Ajuste a mercado	(105)

Em 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, os títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado foram integralmente resgatados. **31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.** Conforme comentado nas notas explicativas nº 1.b) e nº 1.c), a Companhia está reestruturando suas operações, descontinuando negócios e executando alterações na forma de gerenciamento de seus negócios. Em decorrência desses aspectos, a gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, em 2011, passou a ser segmentada por "marcas", cuja avaliação ocorre por meio de relatórios e controles internos gerenciais pelo "Chief Executive Officer - CEO", com informações segregadas sobre receitas e despesas. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos. O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o CEO, da seguinte forma: • O segmento das marcas "Ellus" e "2nd Floor" é direcionada ao público masculino e feminino jovem e de classes média alta e alta, sendo a marca "Ellus" líder no segmento de "jeanswear" no Brasil. • O segmento da marca "Richards" está associado a um estilo de vida original, informal e requintado, priorizando o conforto e qualidade dos produtos. A marca "Richards Selaria" é o reflexo do estilo "Richards" para uma ampla linha de calçados e acessórios masculinos e femininos. • O segmento da marca "VR" é representado por uma das principais marcas masculinas do Brasil, destacando-se por sua combinação de produtos "officewear" e "casualwear", e também inclui a marca "VRKids" para o público infantil. • O segmento da marca "Salinas" é direcionado à moda praia, com criações confortáveis, com pitadas de humor e descontração. • O segmento da marca "Alexandre Herchcovitch" atua no licenciamento da marca para produtos de terceiros, além da confecção de roupas pessoais, masculina e feminina. • O segmento da marca "Bintang" foi criado a partir da marca "Richards" e tem seu foco no estilo praia, celebrando a vida ao ar livre, as viagens e os esportes. Em 31 de dezembro de 2010, os segmentos eram representados por "comercialização de vestuário" e "conteúdo de moda". Tendo em vista a mudança operacional e redefinição dos segmentos, as informações referentes a 2010 estão sendo reapresentadas de forma comparativa e com base nos segmentos definidos em 2011. Os segmentos da Companhia possuem operações no Brasil, não operando diretamente em mercados externos. a) Resultados

2011	Ellus	AH	VR	Richards	Salinas	Bintang	Outros	Consolidado
Receita líquida	205.401	5.994	82.934	43.542	7.277	533	–	345.681
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	**(62.173)**	**964)**	**(40.923)**	**(21.107)**	**(4.430)**	**(291)**	**–**	**(129.888)**
Lucro bruto	143.228	5.030	42.011	22.435	2.847	242	–	215.793
Despesas operacionais	**(138.832)**	**(7.034)**	**(29.255)**	**(16.389)**	**(3.740)**	**(698)**	**(6.556)**	**(202.504)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.396	(2.004)	12.756	6.046	(893)	(456)	(6.556)	13.289
Resultado financeiro	**15.086**	**(118)**	**2.169**	**(4.120)**	**(73)**	**(29)**	**1.979**	**14.894**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**19.482**	**(2.122)**	**14.925**	**1.926**	**(966)**	**(485)**	**(4.577)**	**28.183**

2010	Ellus	AH	VR	Richards	Salinas	Bintang	Outros	Consolidado
Receita líquida	154.532	6.628	–	–	–	–	363	161.523
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	**(44.130)**	**(2.070)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(189)**	**(46.389)**
Lucro bruto	110.402	4.558	–	–	–	–	174	115.134
Despesas operacionais	**(86.975)**	**(7.287)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(5.183)**	**(99.445)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	23.427	(2.729)	–	–	–	–	(5.069)	15.629
Resultado financeiro	**14.145**	**(706)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.726**	**19.165**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**37.572**	**(3.435)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**717**	**34.854**

b) Ativos e passivos

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	**2010**
Ativos das marcas:		
Ellus	411.192	347.605
AH	9.383	3.558
VR	53.201	–
Richards	327.669	–
Salinas	36.495	–
Bintang	6.365	–
Outras	199.433	51.166
Operações descontinuadas	–	15.031
Eliminação entre segmentos	(226.384)	(79.440)
Ativos totais consolidados	**817.354**	**337.920**
Passivos dos segmentos:		
Ellus	82.259	54.655
AH	5.728	12.938
VR	20.251	–
Richards	343.067	–
Salinas	69.311	–
Bintang	9.290	–
Outros	103.780	3.125
Operações descontinuadas	**–**	**10.470**
Eliminação entre segmentos	(142.985)	(20.693)
Passivos totais consolidados	**490.701**	**60.495**

c) Outras informações dos segmentos

	Consolidado (BR GAAP e IFRS): Depreciação e amortização 2011	Depreciação e amortização 2010	Adições ao imobilizado e intangível 2011	Adições ao imobilizado e intangível 2010
Ellus	2.516	2.834	6.565	3.072
AH	90	67	381	73
VR	897	–	2.677	–
Richards	2.010	–	941	–
Salinas	201	–	347	–
Bintang	37	–	13	–
Outros	137	60	19	65
Operações descontinuadas	–	–	–	–
Total	**5.888**	**2.961**	**10.943**	**3.210**

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS: Em dezembro de 2011, a Administração elaborou plano de alienação da controlada Luminosidade e descontinuação do segmento de "conteúdo de moda", conforme descrito na nota explicativa nº 1.b), e essa transação deverá ser concluída até 30 de junho de 2012. Em dezembro de 2010, a Administração elaborou plano de alienação da controlada em conjunto Isapac, conforme descrito na nota explicativa nº 1.b), tendo essa transação sido concluída em 4 de março de 2011. Os resultados das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado estão apresentados a seguir. O resultado comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no exercício corrente.

	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011: Luminosidade	2011: Isapac	2011: Total	2010: Luminosidade	2010: Isapac	2010: Total
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas						
Receita	25.142	–	25.142	26.001	3.033	29.034
Despesas	**(32.858)**	**(2.349)**	**(35.207)**	**(24.074)**	**(3.988)**	**(28.062)**
Prejuízo	(7.716)	(2.349)	(10.065)	1.927	(955)	972
Baixa do ágio para redução ao valor recuperável	(24.450)	–	(24.450)	–	–	–
Efeito de imposto de renda e contribuição social	**3.623**	**–**	**3.623**	**(2.236)**	**–**	**(2.236)**
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	**(28.543)**	**(2.349)**	**(30.892)**	**(309)**	**(955)**	**(1.264)**
Atribuível à:						
Companhia	(25.958)	(2.349)	(28.307)	(309)	(955)	(1.264)
Participação não controladora	(2.585)	–	(2.585)	–	–	–
	(28.543)	**(2.349)**	**(30.892)**	**(309)**	**(955)**	**(1.264)**

Esses negócios foram classificados e contabilizados em 31 de dezembro como um grupo de ativos mantidos para venda, conforme segue:

	2011 Luminosidade	**2010 Isapac**
Ativos relacionados ao negócio:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.462	22
Contas a receber	2.100	772
Estoques	–	1.127
Impostos a recuperar	1.195	–
Imobilizado e intangível	1.146	439
Ágio	30.435	–
Provisão para redução do ágio ao seu valor recuperável	(24.450)	–
Partes relacionadas	4.873	–
Outros ativos	2.046	88
Total	**18.807**	**2.448**
Passivos associados aos ativos mantidos para venda:		
Fornecedores	1.120	–
Empréstimos	1.606	–
Parcelamento de tributos	1.969	189
Adiantamento de clientes	7.370	–
Impostos a recolher	370	520
Obrigações trabalhistas	771	215
Contas a pagar - Luminosidade	4.756	–
Partes relacionadas	4.873	–
Participação não controladora	(4.030)	–
Outros passivos	2	215
Total	**18.807**	**1.139**

33. Cobertura de Seguros: A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2011, são assim demonstradas:

	Limites contratados
Lucros cessantes	18.000
Incêndio - estabelecimentos (lojas, Centro de Distribuição e Matriz)	21.202
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima por veículo	550

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA: A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos que compõem essa rubrica estão representados conforme a nota explicativa nº 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são como segue:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Distribuição de dividendos de controladas	–	1.287	–	–
Aumento de capital em controlada com mútuo	–	450	65.429	–
Aumento de capital com investimento em controlada	60.142	212	60.142	212
Efeito na aquisição da participação não controladora	–	5.617	–	5.617
Destinação de dividendo mínimo obrigatório	–	5.354	–	5.354
Destinação de dividendos adicionais	2.046	–	2.046	–
Dividendos a distribuir pela Propag para participação não controladora	–	–	–	486
Ágio na aquisição de investimento em coligada	–	9.497	127.784	9.497
Ativos mantidos para venda	16.722	–	18.807	2.448
Passivos mantidos para venda	16.722	–	18.807	1.139
Ativos incorporados de controlada, exceto caixa	–	930	–	–
Passivos incorporados de controlada	–	2.754	–	–
Aquisição de controlada a prazo	–	–	85.626	–

35. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Subscrição das debêntures. Em 10 de janeiro de 2012, foi confirmado o depósito de 250 debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, no valor de R$250.000, não conversíveis em ações, em série única, emitidas pela Companhia, com código CETIP INDB011, em nome dos coordenadores a seguir relacionados, para fins de registro de sua distribuição no Módulo de Distribuição:

Nome das instituições	Quantidade
Banco Itaú BBA S.A.	84
Banco Bradesco BBI S.A.	83
Banco Votorantim S.A.	83
	250

O valor creditado em conta-corrente nesta data foi R$250.000. As despesas e comissões para subscrição das debêntures, pagas no dia 11 de janeiro de 2012, somaram um montante de R$2.724. b) Liquidação de empréstimos- CDM. Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia antecipou a liquidação de parte substancial dos empréstimos mantidos pelas controladas direta e indireta CDM e SLN Indústria, no valor total de R$110.954, os quais possuíam juros equivalentes à variação do CDI, acrescido de correção entre 0,30% e 0,71%. **36. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** Na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2012 foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2011, estando aprovadas para divulgação.

BRUNO MEDEIROS - Diretor Presidente
ARNALDO FAISSOL MENDES - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
CIRO DE OLIVEIRA BRITO
Contador - CRC nº 1SP190128/P-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Inbrands S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inbrands S.A. ("Companhia"), identificadas como Companhia e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inbrands S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inbrands S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase.** Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outros assuntos.** *Demonstrações do valor adicionado.* Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7